

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**CLEBER JUNIOR BOTELHO**

**A PESCA DA BALEIA NO LITORAL CATARINENSE: Um  
retrato de sua importância através dos relatos dos viajantes de 1742-1827**

**FLORIANÓPOLIS  
2013**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, no Laboratório de Migração, Imigração e História Ambiental do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos, Orientador e Presidente, pelo Professor Marcos Aurélio Espíndola e pelo Professor João Klug, Titulares da Banca designados pela Portaria nº 49/HST/13 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Cleber Junior Botelho**, subordinado ao título: “ **A PESCA DA BALEIA NO LITORAL CATARINENSE: Um retrato de sua importância através de relatos de viajantes de 1742-1827**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos, a nota final 7,5, do Professor Marcos Aurélio Espíndola, a nota final 7,5, e do Professor João Klug, a nota final .....; sendo aprovado com a nota final 7,5. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, impresso de acordo com as normas da Biblioteca Universitária e em formato digital, ao Departamento de História, até o dia 6 de dezembro de 2013. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 5 de novembro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos

Prof. Marcos Aurélio Espíndola Marcos Aurélio Espíndola

Prof. João Klug João Klug

Candidato Cleber Junior Botelho Cleber J. Botelho

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A PESCA DA BALEIA NO LITORAL CATARINENSE: Um retrato de sua  
importância através dos relatos dos viajantes de 1742-1827**

Monografia apresentada ao Curso de História da  
Universidade Federal de Santa Catarina como um  
dos pré-requisitos para obtenção do grau de  
Bacharel/Licenciatura em História.

Professor Orientador: Prof. Dr. Manoel Pereira Rego  
Teixeira dos Santos.

**FLORIANÓPOLIS**

**2013**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, primeiramente, por colocar na minha vida pessoas tão maravilhosas.

Aos meus pais por sempre acreditarem em mim.

Aos meus irmãos pela paciência e pelo apoio.

À minha namorada por compreender a minha falta de tempo.

Ao professor Dr. Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos pela paciência e orientação.

Aos professores do Curso de Graduação em Bacharelado e Licenciatura de História da UFSC pelo conhecimento disseminado.

Aos colegas do curso pelo convívio e aprendizado.

"Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende."

(Leonardo da Vinci)

Cleber Júnior Botelho

**A PESCA DA BALEIA NO LITORAL CATARINENSE: Um retrato de sua importância através dos relatos dos viajantes de 1742-1827.**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, \_\_\_\_\_ de 2013.

**Professor \_\_\_\_\_, Dr.**  
Coordenador de TCC do Departamento de História

Professores que compuseram a banca examinadora:

Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos, **Dr.**  
Orientador

\_\_\_\_\_, **Dr.**  
Membro

\_\_\_\_\_, **Dr.**  
Membro

## RESUMO

BOTELHO, Cleber Júnior. **A pesca da baleia no litoral catarinense**: um retrato de sua importância através dos relatos dos viajantes de 1742-1827. f.55. Monografia do Curso de Graduação em Bacharelado e Licenciatura de História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Professor Orientador: Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos. Dr.

Resumo: Pouco trabalhada na historiografia em virtude de estar no mesmo período da economia açucareira, mas nem por isso se deve dar pouco valor a essa atividade que produziu tanto a Coroa. Essa monografia tem como meta mostrar como se dava à caça a baleia no litoral catarinense e focalizar nos relatos dos viajantes que passaram na costa catarinense, além de discutir o auge da pesca com a família Quintella e a decadência com a administração da Fazenda Real, perpassando pelas técnicas de pesca e o que formava uma armação catarinense. Atualmente a caça de tal animal é percebida de uma maneira diferente do período tratado na presente monografia, portanto torna-se necessário um maior entendimento do contexto da época e quais os fatores levavam a prática de tal empreendimento.

**Palavras chaves:** Armação Baleeira, Relatos de Viajantes, história catarinense, monopólio colonial.

The fishing of whale in the Catarinense coast: A portrait of your importance through the reports of travelers in the 1742-1827.

Little worked on the historiography because of being in the sugar economic period, but it does not means it should gives less value to this activity that produced so much to the crown. This monograph has the aim to shows how was the hunting of the whale on the Catarinense coast, and focus on the reports of the travelers who had crossed at the Catarinense coast, and discuss the height of fishing by the Quintella family, and the decadence of the crown administration, passing to the fishing techniques and how was made an hunting whale structure. Nowadays the hunting of the whale is perceived as a different manner from the period covered in this monograph, therefore becomes necessary a bigger understanding of the time context and what were the factors led to practical of such achievement.

**Word-keys:** Whaling frame, travelers reports, Catarinense history, colonial monopoly.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	12
<b>Capítulo 1</b>	
Retrato da ilha de Santa Catarina através dos relatos de viajantes: de ancoradouro a caça as baleias.	16
As armações Catarinenses	25
<b>Capítulo 2</b>	
As estruturas das armações e suas conseqüentes influências nas comunidades ao entorno.	32
Mão de obra e beneficiamento	38
<b>Capítulo 3</b>	
O monopólio e o declínio da pesca	48
<b>Considerações finais</b>	56
<b>Referências</b>	60

## **Lista de Figuras e Tabelas**

Figura nº 01: Carta particular da Ilha de Santa Catarina	18
Figura nº 02: Gravura da Armação de Itapocoróia	29
Figura nº 03: Mapa das armações catarinenses	30
Figura nº 04: Armação de São Joaquim de Garopaba	36
Tabela nº 01: Lista de baleias mortas em 1801	52

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as armações baleeiras do litoral catarinense, que fizeram parte do monopólio exercido pela coroa portuguesa sobre a pesca da baleia em todo litoral brasileiro. A historiografia tem poucos trabalhos referentes a pesca da baleia, já que no mesmo período ocorreram outras atividades econômicas que sempre ficaram a frente da baleeira, tanto pelos números gigantes de cativos, quanto pela importância econômica.

Santa Catarina foi uma área relevante dessa atividade que era monopólio da Coroa Portuguesa. A pesquisa busca averiguar a importância dessa atividade e sua relação com a região costeira através dos relatos de viajantes que passaram pelo litoral durante os anos de auge da indústria baleeira, tendo como embasamento o extenso e competente estudo de Miriam Ellis, em seu livro “A Baleia no Brasil Colonial”, onde se tem as técnicas, adaptações e mudanças da pesca em todo território colonial português, esse livro é fruto da tese defendida em 1966 na USP intitulada “As Feitorias Baleeiras Meridionais do Brasil Colonial”.

Mas outros campos do conhecimento já trabalharam com o tema, o trabalho de dissertação de mestrado da professora Célia Maria e Silva na geografia foi utilizado no presente trabalho, em seu estudo ela analisa a ascensão e decadência da pequena produção pesqueira de Ganchos. Na área da arqueologia temos os trabalhos da Fabiana Cormelato que foi de vital importância para esse trabalho.

Temos outros trabalhos que não foram utilizados no presente trabalho, mas poderão ser parte de uma pesquisa mais apurada no futuro, como os textos de Lucas Boiteux, o trabalho do Caio Prado Junior sobre a formação do Brasil Contemporâneo.

A motivação para esse determinado trabalho é buscar as origens da pesca baleeira e a transformação que os vilarejos tiveram por sua consequente implantação, como Garopaba e Imbituba. Antes da armação a região era pouco habitada e aparece raras vezes em relatos e documentos, com seu desenvolvimento virou ponto de estância para viajantes que relataram suas experiências na região e sua visão sobre como a pesca influenciava na área, tornando-a também dependente dessa atividade.

O conhecimento dessa região, já que sou natural de Garopaba, e a escassa bibliografia sobre o tema o transformaram no grande propulsor desse projeto, quem passeia pela orla de Garopaba ainda escuta relatos sobre a caça as baleias, as aventuras, as tragédias e que os pescadores faziam a caça pela necessidade. Então sempre me

perguntei o porquê de a praia de Garopaba ter sido parte dessa atividade, o que levava os pescadores a se arriscarem em alto mar atrás da presa, e principalmente por hoje essa área ser berçário das baleias francas, esta que já correu o risco de extinção nessa mesma região.

Primeiramente a proposta original era tratar apenas a Armação de São Joaquim de Garopaba, entretanto pela escassez de material encontrado e o pensamento de estudar as armações catarinenses e suas ligações uma a outra, além de ver a função delas na estruturação da Capitania de Santa Catarina, fizeram a mudança de foco da pesquisa.

A pesca da baleia, segundo Miriam Ellis (1969), foi uma das atividades que mais movimentou economicamente a região litorânea no período colonial e reuniu enorme número de escravos para as armações. Em seu estudo, ela mostra a existência de uma rede de locais litorâneos articulados através da distribuição do óleo da baleia, isso demonstra que a produção de óleo de baleia tinha muitos benefícios, como colocar o litoral catarinense em comunicação com outras vilas litorâneas da colônia. Com isso, estimulava a relação de vilas antes isoladas ou inexistentes.

A pesquisa está concentrada entre 1742, surgimento da Armação da Piedade, até 1825, quando entra em colapso a “Real Pescaria de Baleias”, já que desde o fim do monopólio, em 1801, a atividade já se encontrava em declínio e enfraquecida. Além de ter como base o livro de Miriam Ellis, serão explorados os relatórios de viajantes, como os de August de Saint Hillaire, Frézier, Shelvocke, Langsdorff, e as imagens do pintor Francês Jean Baptiste Debret.

A ilha de Santa Catarina estava em uma posição única no sistema colonial, sua principal meta aos olhos da Coroa em sua criação era servir de base militar para a defesa dos espaços ao seu entorno contra a ambição de seu vizinho ibérico e prevenir os espaços mais valorizados na questão econômica. Nosso foco particular de trabalho se concentra nos interesses mercantis da Capital Lusa no fornecimento do óleo de baleia, na arrematação dos contratos e seus derivados.

No primeiro capítulo, será tratada primeiramente uma abordagem da região litorânea catarinense no séc. XVIII e a dificuldade de inseri-la na colônia, o projeto de colonização do Brasil Meridional, do qual fazia parte à ocupação do espaço litorâneo catarinense. Este se consolidou com um complexo de fortificações, na Ilha de Santa Catarina e nas áreas vizinhas, e a edificação das armações baleeiras, estas, feitas por capitais comerciais portugueses, para o beneficiamento da atividade baleeira, o que proporcionou a multiplicação desses enormes núcleos baleeiros. Os relatos permitem

entendermos as transformações ocorridas na ilha de Santa Catarina e seu entorno. Com o surgimento da atividade, foram criadas ou fortalecidas vilas ao longo do litoral catarinense. Uma série de fatores favoreceram os contratadores da pesca da baleia que procuravam ao longo da costa condições favoráveis para erigir uma armação.

Verificando os relatos dos viajantes que passaram pela costa nesse período para repararem suas embarcações e abastecerem suas embarcações de alimentos frescos e de água, já que a Ilha de Santa Catarina era um porto privilegiado aos navios europeus que rumavam ou retornavam do Prata, pode-se interpretar a transformação da mata selvagem até o surgimento das unidades baleeiras.

O segundo capítulo enfatiza a importância dessa atividade para a Coroa, já que era a base da sobrevivência da vila, todos viviam às voltas da armação, tanto com o beneficiamento do óleo retirado da gordura da baleia, quanto pelo trabalho de povoação e proteção que uma armação exercia para a Colônia Portuguesa. No capítulo são relatados como eram recrutados os trabalhadores para tal pesca e as dificuldades que tinham em concluir com êxito a atividade. Quais as técnicas para a pesca e como era feito o beneficiamento do cetáceo. Nesse capítulo a pesquisa se concentra em ver a relação da armação com a vila, através desses fatores, mão-de-obra, técnicas, alimentação, pagamentos.

As armações catarinenses foram frutos do seu próprio tempo e de sua missão, chegavam a mostrar sua importância a partir do momento que a sociedade estabelecia-se ao seu redor, além de mostrarem as marcas do que a Coroa a queria imputar. Segundo Comerlato, as unidades baleeiras Catarinenses, foram as maiores da colônia portuguesa, além de afirmar que as armações eram genuínas vilas, assim como Ellis comenta que “[...] eram algumas armações autênticas aldeias”. (ELLIS, 1969, p.60)

O capítulo derradeiro tem como meta mostrar os fins lucrativos dessa pesca, quer pelo óleo da baleia, fabricado através do beneficiamento da gordura dos cetáceos, que era utilizado para diversos propósitos como veremos, ou por suas barbatanas, carne salgada ou espermacete. O número de baleias mortas durante o auge da pesca, como no ano de 1775, quando chegou em 500 animais.<sup>1</sup> A alta porcentagem de aproveitamento desses animais no âmbito econômico gerou a expansão dessa atividade de caça e seu respectivo processamento, transformando assim em uma verdadeira e lucrativa indústria.

---

<sup>1</sup> ELLIS, Miriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969. Pág. 25.

As Armações demonstram a ideia de que o espaço colonial era essencialmente um local de produção e esta era de larga escala, fazendo, assim, com que a região onde era construída tivesse uma grande transformação da paisagem. Para isso um grande investimento era empregado, no entanto notamos que isso não era problema, já que o monopólio duradouro fazia com que o capital mercantil tivesse tempo de explorar sua construção.

Esse centro de produção mercantil tinha diversas faces. Era espaço de exploração escravista, o qual ajudou no desenvolvimento das áreas no entorno. Podemos afirmar que era mais um instrumento de controle da Coroa sobre o território, no qual ocorriam conflitos sociais e raciais. Com isso, buscamos encontrar interpretações através dos relatos de viajantes que passaram no período e mostraram como eram feitas a exploração e a apropriação nesse período da história.

## **CAPÍTULO I**

### **RETRATO DA ILHA DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DOS RELATOS DE VIAJANTES: DE ANCORADOURO A CAÇA AS BALEIAS.**

Por iniciativa da Coroa Portuguesa, a ocupação e o povoamento da sua colônia, que hoje corresponde ao Brasil, se fizeram a partir do litoral. Satisfazendo, assim, sua política expansionista, sobretudo ao que se refere às terras localizadas na parte Meridional da colônia, a fim de atestar e garantir o direito da terra disputada entre os ibéricos, Portugal e Espanha.

A Ilha de Santa Catarina e toda sua área circunvizinha, como grande parte do território brasileiro, antes da chegada dos colonizadores era território dos índios Guaranis, chamados na costa catarinense pelos europeus de Carijós. Com o passar do tempo foram rapidamente exterminados pela presença do homem branco ou fugiram continente adentro, desaparecendo ao longo do tempo. (CORREA, 2004, p.21)

A região costeira, que hoje denominamos litoral catarinense, recebeu os excedentes populacionais da capitania de São Vicente. Isso fez parte da estratégia da Coroa Portuguesa para a ocupação do litoral meridional, sendo esse povoamento dividido em três núcleos: Nossa Senhora do Rio São Francisco em 1645, fundada por Manoel Lourenço de Andrade, ao norte da Ilha de Santa Catarina; Nossa Senhora do Desterro em 1673, por Francisco Dias Velho; e Santo Antonio dos Anjos de Laguna em 1676, por Domingos de Brito Peixoto, mais ao sul. Segundo Piazza, após essas fundações processou-se um grande movimento pela ocupação do litoral catarinense, com a concessão de sesmarias para estabelecimentos agrícolas e pastoris. (PIAZZA, 1983, p.123)

Quando Dias Velho fundou Nossa Senhora do Desterro, em 1673, a região era selvagem, sem nenhum sinal ou marco de povoamento de brancos, apenas habitado por autóctones. O Vicentista e sua família se concentraram na Baía Sul, defronte ao

continente vizinho<sup>2</sup>. Entretanto, em 1689, saqueadores mataram Dias Velho e, com isso, a população da ilha diminuiu, pois parte dos habitantes abandonaram o povoado.

[...] uma floresta contínua de árvores verdes o ano inteiro, não é encontrado nela outros sítios praticáveis a não ser os desbravados em torno das habitações, isto é, 12 ou 15 sítios dispersos aqui e acolá à beira mar nas pequenas enseadas fronteiras à terra firme; os moradores que os ocupam são portugueses, uma parte de europeus fugitivos e alguns negros; vê-se também índios, alguns servindo voluntariamente aos portugueses, outros que são aprisionados em guerra [...]. Embora não paguem tributo algum ao rei de Portugal, são seus súditos e obedecem ao governador ou Capitão que é nomeado para comandá-los em caso de guerra contra os inimigos da Europa e os índios do Brasil.<sup>3</sup>

Relato descrito por Amédée François Frézier sobre a situação da ilha de Santa Catarina, em abril de 1712, engenheiro militar francês, que tinha como função construir fortes nas possessões espanholas na América do Sul para defendê-las contra os ingleses e holandeses. Frézier prossegue descrevendo o contato com os portugueses e paulistas que ali habitavam, sendo somente 147 brancos, além de alguns índios e negros livres:

Na manhã do dia 1º de abril, o capitão destacou a nossa lancha e a da “Marie”, com uma guarnição armada, para ir a procura de um sítio apropriado para fazer aguada e às habitações dos portugueses, a fim de conseguir alguns refrescos.... Assegurados este recurso, fomos mais adiante a uma pequena língua de terra onde encontramos uma casa abandonada há poucas horas, a julgar pelas cinzas ainda quentes; ficamos assaz surpresos com a desconfiança dos habitantes, apesar de termo-nos manifestado com gestos pacíficos... (...) quando íamos à procura de outras habitações, vimos dirigirem-se até nós três homens em uma piroga, enviados pelo governador ou capitão da ilha, para nos pedir que não entrássemos nas casas, porque ao sermos reconhecidos por franceses, as mulheres, amedrontadas, tinham-se refugiado nas montanhas, e que se não tivéssemos intenção de lhes fazer mal algum, eles nos ofereceriam víveres e refrescos que possuíam, como haviam feito a outros navios franceses que haviam estado entre eles.<sup>4</sup>

De acordo com Frézier, essa recepção poderia ser esclarecida pelo fato de os moradores da Ilha já estarem a par da notícia sobre a da tomada e pilhagem da cidade do Rio de Janeiro pelo corsário francês Duguay-Trouin, no ano anterior. Explicado ao

---

<sup>2</sup> A Ilha de Santa Catarina é considerada bifronte já que ficam junto ao continente, exercendo assim duas perspectivas tanto o domínio dos mares quanto do continente vizinho, assim valorizando ainda mais sua posição geográfica.

<sup>3</sup> FRÉZIER, Amédée François. in. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996, p. 23.

<sup>4</sup> Antoine Joseph Pernetty observou a piroga durante sua passagem pela ilha, em 1763, e descreveu em seus relatos “É uma espécie de bote feito de um só tronco de árvore, côncavo, que os selvagens da América meridional tinham o costume de usar. Acrescentam na parte traseira algumas pranchas para tornar mais altas as bordas. Às vezes costumam desenhar figuras de selvagens ou coisas grotescas. Cheguei a ver até doze homens em uma só destas pirogas. Disseram que as maiores carregam até cinquenta pessoas, com suas munições de guerra e viveres.” Idem, p. 80.

“governador” da ilha, “Emanuel Mansa”<sup>5</sup>, sobre os propósitos da expedição e que não buscavam outra coisa senão aprovisionamentos para prosseguir viagem, os habitantes retornaram às suas casas e levaram até o navio estrangeiro os mantimentos que possuíam, entre eles, galinhas, frutos e fumo. O relato do francês elucida como era feito o comércio, “Em troca dos víveres que traziam a nós, não aceitavam dinheiro, dando mais importância a um pedaço de pano ou fazenda para se cobrir.”<sup>6</sup>

Figura nº 01: Carta particular da Ilha de Santa Catarina - Frézier, 1712.



Fonte: CORREA, Carlos Humberto. *História de Florianópolis*. Florianópolis: Insular, 2004, p.85

A ilha de Santa Catarina foi ancoradouro não só para Frézier, mas para muitas outras expedições, especialmente aqui tratadas no decorrer do século XVIII e princípio do século XIX. Nesse período que as expedições eram castigadas pelo Atlântico, com

<sup>5</sup> Na verdade chamado de Manoel Manso de Avelar, sargento-mor nomeado pelo governador da capitania de São Paulo.

<sup>6</sup> FRÉZIER, Amédée François. In. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996, p. 23.

viagens longas, enfrentando mares turbulentos que causavam avarias nos navios, sem mantimentos, água potável escassa, com parte da tripulação sofrendo com doenças, o convívio com o medo de motins por parte de membros da tripulação, com todos os infortúnios que o mar produzia os navegadores procuravam encontrar bons ancoradouros onde podiam se restabelecer de todos esses males.

A ilha de Santa Catarina e seus arredores eram um porto seguro para os viajantes, onde encontravam bom ancoradouro, protegido de ventos e com uma pequena população que interagia com os visitantes suprindo as provisões necessárias, além disso, é considerável também os relatos e mapas de viajantes assinalando as vantagens que havia na costa, os navegadores posteriores usavam esses relatos como um guia.

Sete anos após Frézier aportar na Ilha, o inglês George Shelvocke<sup>7</sup>, também deixou relatos sobre Santa Catarina, e tendo como guia em sua estadia na costa catarinense os relatos do engenheiro francês que haviam sido publicados na Europa, ele fez inúmeras comparações com o que viu e o que leu, entretanto o inglês não teve uma recepção tão amistosa quanto Frézier. Ficou por duas semanas no entorno da ilha, mas pouco desembarcou na terra, pois uma das vezes que tentou, sua tripulação foi recebida a tiros pelos habitantes locais. Segue uma parte de seu relato.

Quanto ao caráter dos portugueses desta Ilha, pode-se levar em conta a carta que recebi daquele capitão, pois está absolutamente certo que são uma malta de bandidos que aqui chegam como refugiados das outras colônias mais estritamente governadas do Brasil; Emanuel Mansa, que era o assim chamado capitão da Ilha, já era o chefe deles no tempo do sr. Frézier. Porém de minha parte, eu lhes devo fazer a justiça de dizer que sempre negociaram honestamente comigo e foram sempre muito educados para com todos nós, exceto para aqueles que cometeram o os desatinos antes mencionados. Eles desfrutam as bênçãos de uma terra fértil e um ar muito saudável e não tem falta de nada, a não ser de roupas. Dispõem de armas de fogo suficientes para o seu uso e realmente as usam com frequência, pois devem constantemente defender-se das onças. Mas o hábito já os fez encararem estas inconveniência com naturalidade, embora em suas casas devem sempre manter um grande número de cães para defendê-los daquelas criaturas, que muitas vezes conseguem criar uma tremenda confusão entre eles... Quanto às excelentes casas de moradia mencionadas pelo sr. Frézier, nenhum de nós logrou ver nenhuma delas. Nem têm eles nenhum local que se possa chamar de “cidade”,

---

<sup>7</sup> George Shelvocke passou pela ilha em 1719, Capitão inglês contratado pelos londrinos para lutar contra os espanhóis no mares do sul, perdeu-se da frota e ancorou na ilha de Santa Catarina que tem um capítulo especial em seus relatos pelos mares, era considerado muito mais um pirata do que um oficial, relatos de outros navegantes o descrevem como insubordinado, bêbado e pirata. Durante sua estadia no ancoradouro de Santa Catarina, há uma tentativa de levante da tripulação que é contida graças a um navio português que estava na ilha.

nem tampouco qualquer fortificação de qualquer espécie, com exceção das matas.<sup>8</sup>

O relato de Shelvocke é um exemplo que os navegadores que aqui passaram não olhavam para a ilha apenas como um porto de passagem e um local para recobrar as forças da nau e dos tripulantes, mas também olhavam a costa e relatavam suas potencialidades. Não tinha nada que os mercadores europeus pudessem ver com ganho rentável imediato, mas possuía uma posição geográfica estratégica muito valorizada, além de ser uma área economicamente muito viável. Como podemos notar quando Frézier<sup>9</sup> observa que a região é “de um bom clima e de um ar muito saudável”; que possuíam também “muitos remédios naturais do país” e os frutos eram “excelentes em suas espécies”.

Podemos afirmar que esses viajantes deixaram relatos importantes para o entendimento do processo histórico do litoral catarinense, com suas cartas náuticas e diários de bordo, onde informavam correntes marítimas até a topografia do local, passando por detalhamento das enseadas e a mudanças de vento, alguns adentraram a estudar sobre a flora e fauna, mas valioso também são os relatos sobre o povo e o governo da região na época, o que revela a importância da ilha na época.

Ao iniciar o século XVIII, a Coroa portuguesa mostrava sinais de interesse em decidir qual a melhor forma para a ocupação da região, a fim de administrar, de forma mais vantajosa, o processo de colonização daquelas terras. Como podemos notar quando o Rei de Portugal enviou ao Governador do Rio de Janeiro, em 1717, um documento para questionar os atributos da costa catarinense, constatando,

[...] se no porto estão de todo o tempo seguras as embarcações... se há abundancia de peixe e se pode haver pescaria de baleias..., se feita uma fortaleza em terra firme defendera que entrem levantados em outras quaisquer embarcações e ...se o povoasse dito distrito, poderá servir para aumento da nova colônia[...]<sup>10</sup>

Nesse período, Portugal começou a sofrer o enfraquecimento do seu mercantilismo, em virtude do aumento da oferta de produtos coloniais, principalmente as produções nas Antilhas de açúcar e tabaco, desenvolvidos por ingleses, franceses e holandeses, os preços despencam ao mesmo tempo em que o comércio português se vê

---

<sup>8</sup> SHELVOCKE, George. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º Ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996. P. 47.

<sup>9</sup> FRÉZIER, Amédée François. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º Ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996. P. 24.

<sup>10</sup> Apud. SILVA, Célia Maria e, *Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: ed. UFSC. 1992 p. 31

afastado de alguns de seus mercados. Protegendo assim seus mercados de comércio estrangeiro, além de compactuarem com a retirada dos lusos do tráfico negreiro no Golfo da Guiné.

Também existiam as habituais lutas entre Portugal e Espanha pela questão das demarcações de terras e sua conseqüente exploração. Com isso nota-se o desejo de Portugal incorporar a região ao seu império, primeiramente defendendo através de fortes, que possibilitariam o povoamento e a exploração dos recursos da costa. A resposta a coroa é uma descrição da ilha de Santa Catarina onde deixa claro todas as virtudes da região e sua área continental feita pelo Conselho Ultramarino.

[...] nela há abundância de excelentes madeiras, muita abundância de peixe e outros frutos da terra... Fortificando-se a ilha, será logo brevemente povoada ...por haver comodidade para se fazerem grandes fazendas de gados, engenhos de farinha e açúcar...Povoando-se esta ilha e o Rio de São Pedro, se fecha de todo pela costa, o continente que pertence à Coroa de Portugal...Finalmente, crescerão as Rendas de Sua Majestade com estas povoações porque haverá mais frutos na terra e estabelecer-se-ão contratos[...]<sup>11</sup>

No final da década de 1730, se torna vital a região da Ilha de Santa Catarina para a conservação do domínio marítimo da região Meridional da Colônia e manter como entreposto os portos da região para as relações com os pontos mercantis mais ao sul, então nota-se que o objetivo era defender os portos através da conservação do território. Já que assim ela serviria como um ponto de apoio e base ao extremo sul.

Em 1738, surge uma nova etapa na história da costa catarinense, com a formação da capitania da Ilha de Santa Catarina<sup>12</sup> que era composta pela ilha e terras adjacentes. Com isso D. João V criou uma série de medidas para explorar a região e dar sustentação à ocupação. Nesse processo, existiam propósitos e interesses tanto da monarquia como de particulares luso-brasileiros, que visavam formar na capitania qualquer negócio que trouxessem benefício próprio. Entretanto fica claro que a criação da Capitania foi gerada mais por sua essencial posição geográfica e pelo primoroso porto, do que por sua importância econômica.

As transformações que aconteceram na ilha e seu entorno foram refletidas nos relatos dos navegadores que aportaram nesse período. Essas descrições são valiosos

---

<sup>11</sup> Idem, p. 31.

<sup>12</sup> Na época, não existe a percepção de catarinenses, a Capitania criada era a Ilha e a porção de terra circunvizinha a esta, e pelo menos até 1939, São Francisco e Laguna não faziam parte desse conjunto, já que eram mais antigas, não dependiam economicamente, nem politicamente da Ilha, e estavam em um primeiro momento ligadas a Capitania de São Paulo.

documentos da historiografia catarinense, onde podemos ver as mudanças exercidas no território com a implantação da capitania. Esses europeus que passaram pela costa catarinense estavam a procura de desbravar e conhecer o planeta, ver os fenômenos da natureza, olhavam a região como suas nações, com interesse na exploração das potencialidades colonizadoras e expansionistas que poderiam ter.

O navegante inglês George Anson<sup>13</sup>, em 1740, esteve na Ilha de Santa Catarina, dois anos após a criação da capitania e descreve sobre o primeiro “governador” Silva Paes.

[...] O brigadeiro Dom José Sylva da Paz, governador desta colônia, tem a reputação de ser um hábil engenheiro; e não se pode negar que ele entende do assunto, pelo menos em parte, estando certo das vantagens que a construção de algumas novas obras acarretam, porque, além da contenda de que já falei, existem ainda três outros fortes para defender a entrada do porto.... Na época de Frézier e de Shelvocke, esta ilha se prestava ao refúgio de vagabundos e de banidos que fugiam de diferentes partes do Brasil. Eles se diziam sujeitos a coroa de Portugal, e tinham entre eles um que nomeavam seu capitão, o qual consideravam ser o governador; no entanto, sua obediência ao Rei, assim como ao governador, não os obrigava a quase nada. Mesmo porque como eles tinham grande abundância de provisões, mas nenhum dinheiro, podiam subsistir sem nenhum socorro por parte das colônias vizinhas, não tendo motivo para temerem a cobiça de algum governador próximo, inspirando-lhe o desejo de submetê-los à sua autoridade. (...) Mas pouco depois, por razões que serão indicadas a seguir, estes honestos bandidos se viram constrangidos a fundar entre eles uma nova colônia, e de se submeterem a novas leis e a outro governo. Ao invés de seu capitão coberto de remendos e descalço, de onde tinham encontrado o segredo para conservar a inocência, eles tiveram a honra de serem governados por Dom José Sylva da Paz, brigadeiro das Armas do rei de Portugal. Este oficial tem sob suas ordens uma guarnição de soldados e, por consequência, é temido mais do que qualquer um dos seus predecessores. Ele se veste melhor, vive mais magnificamente, conhece melhor o valor do dinheiro do qual os habitantes nunca tiveram idéia. Há alguma razão para duvidar que os habitantes olhem estes meios como vantajosos para eles mesmos ou para o rei de Portugal[...].<sup>14</sup>

Segundo a descrição de Anson, podemos notar que usava como guia os relatos dos navegadores que aportaram aqui anteriormente, além de mostrar toda evolução que

---

<sup>13</sup> Quando de sua viagem à ilha de Santa Catarina, em 1740, descreveu a posição da ilha e suas fortificações e anotou o progresso da região desde a estada de Frézier em 1712. Neste momento era governador da ilha o brigadeiro José da Silva Pais, que acabou por ser acusado por Anson de enviar informações a Buenos Aires sobre sua esquadra. Já que ele era comandante de uma frota inglesa que tinha como objetivo a luta com os espanhóis.

<sup>14</sup> ANSON, George. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996. p. 64.

a criação da capitania proporcionou a Coroa e a região. Silva Paes proporcionou uma transformação na região com inúmeras construções, entre elas, “residências para governos, armazéns para estocagem, igrejas e, principalmente, as fortalezas, instaladas em Desterro e em Anhatomirim.”<sup>15</sup>, o brigadeiro Silva Paes foi responsável por fixar no litoral catarinense todo o aparato de defesa militar da ilha de Santa Catarina e para tal fim, deu início a construção das fortalezas de São José da Ponta Grossa, Nossa Senhora da Conceição da Ilha de Araçatuba, Santo Antônio da Ilha dos Ratoes Grandes e Santa Cruz da Ilha de Anhatomirim<sup>16</sup>.

Após a instituição dos governadores ficou proibido, de acordo com Anson, as relações diretas entre o povo da ilha e os navegadores estrangeiro, isso claro os governadores queriam tirar proveito da situação e eles mesmo faziam negociações com quem ancorasse na costa atrás de provisões, assim sendo tornava o governador ainda mais forte e temido na região, através do acúmulo de riqueza.

Com a disputa ferrenha dos ibéricos por territórios, as construções dessas fortalezas visavam garantir a posse da terra, já que posteriormente chegaram a primeira leva de imigrantes açorianos, com isso colaboraram para apoiar o desenvolvimento dos núcleos de povoamento, nesse período os regimentos militares eram essências para garantir a segurança e por conseqüência se tornaram parte do contexto populacional.

De acordo com Correa,

[...] a principal razão da criação da capitania de Santa Catarina por D. João V, [...], foi torná-la um ponto fortificado para proteger a Colônia do Sacramento e, conseqüentemente, impedir a invasão espanhola em território português no Brasil Meridional [...].<sup>17</sup> (Correa, 2004)

Na mesma linha de Cabral temos outro historiador de cunho regional, Piazza, que cita o caráter político-militar da criação da capitania.

Várias razões levaram, evidentemente, a Coroa Portuguesa a pensar na criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina (...). As razões são principalmente, de ordem política, tendo-se em vista a recente fundação da colônia do Sacramento (1680) e a conseqüente necessidade de dar-lhe cobertura militar-estratégica, com a

---

<sup>15</sup> SILVA, Célia Maria. *Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: ed. UFSC, 1992. p. 31.

<sup>16</sup> A construção foi feita entre 1739 e 1743, Silva Paes projetou e comandou as construções, obras enormes para a época, feitas através do suor de muitos homens, entre eles, índios e escravos.

<sup>17</sup> CORREA, Humberto Carlos. *História de Florianópolis – Ilustrada*. Florianópolis: ed. Insular, 2004, p. 69.

implantação de um sistema defensivo litorâneo, onde se incluía a ilha de Santa Catarina e a barra do Rio Grande [...].<sup>18</sup>

Célia Maria e Silva em seu trabalho evidência que a “maioria dos intelectuais” descreve a formação da Capitania pela sua importância militar-estratégica, não existe dúvidas quanto o valor da Ilha Santa Catarina na expansão portuguesa na região meridional do Brasil, mas temos que levar em consideração que o surgimento da “instalação de capitais manufatureiros em Piedade e o estabelecimento de casais açorianos e madeirenses, faziam parte de um conjunto de medidas que objetivavam alimentar o estado e a intermediação comercial.”<sup>19</sup>

No ponto de vista deste trabalho, focado nas armações baleeiras, notamos a importância dessa atividade para o acúmulo de capital na metrópole. Veremos que por um determinado tempo foi muito rentável economicamente para os colonizadores, entretanto não podemos desmerecer grandes estudiosos da história catarinense, pois como eles têm trabalhos mais abrangentes sobre a história regional deixam algumas lacunas em suas pesquisas, mas na historiografia recente sobre Santa Catarina já temos uma abordagem diferente que estuda a importância econômica e geopolítica na época da criação da Capitania.

Durante todo período de governança de Silva Paes ficou conhecido entre muitos trabalhos como uma época caracterizada por questões políticas e militares, no entanto isso não quer dizer que não havia preocupação com os problemas econômicos. Todo esse trabalho de defesa era essencialmente dar suporte e segurança aos empreendimentos mercantis que aqui existiam, no nosso foco em questão, a pesca da baleia na ilha de Santa Catarina, já que foi o próprio Silva Paes quem deu atestado favorável ao pedido de Tomé Gomes Moreira para implantação do monopólio dessa pescaria na costa catarinense, entretanto na época os governadores pouco se importavam com essa atividade econômica, já que sua exploração era concedida pela Coroa Portuguesa a particulares que a arrematavam por meio de contrato, cabendo esses a montagem e administração de todo empreendimento.

A imigração dos cerca de 6000 colonos açorianos e madeirenses, na metade do século XVIII, na ilha e em suas terras adjacentes, foram à chave para o empreendimento colonial ir adiante, já que não bastava ter o domínio territorial e não ter povoamento.

---

<sup>18</sup> PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983, p. 123.

<sup>19</sup> SILVA, Célia Maria e. Op. Cit. p.71.

Antes da chegada desses ilhéus, o “Governador” Silva Paes já havia construído, entre 1739 e 1742, quatro fortes para a defesa do território, no entanto faltava habitantes para defendê-los, o que foi um grande propulsor para a vinda dos colonos, já que fariam a povoação do território, ajudariam na sua defesa e criariam um sistema de pequena agricultura familiar e se organizariam coletivamente para as pescarias, o que possibilitou a ascendência da região, que já havia se constituído em abastecedora de provisões a viajantes e fazia parte do comércio de cabotagem da costa brasileira.

### 1.1- AS ARMAÇÕES BALEEIRAS CATARINENSES

Desde 1742, a Armação da Piedade estava em funcionamento, coincidindo com a construção das fortalezas de Santa Cruz, na ilha de Anhatomirim da Ponta Grossa, erguida em 1740 e da ilha dos Ratoes, foi estabelecido o primeiro núcleo baleeiro, entretanto com a chegada dos imigrantes açorianos e o povoamento da região, além da melhoria para encontrar mão de obra, a obtenção de itens primários e a defesa da costa, fez com que os contratadores da pesca da baleia construíssem outras armações pela costa catarinense.

A escarpa da serra do mar penetrando no oceano forma baías e enseadas, sendo propício para a instalação de armações, segundo Comerlato,

O nome “**armação**”, presente na toponímia em muitas regiões do litoral brasileiro, advém na instalação destas unidades produtivas ou simplesmente da realização da pesca da baleia, em que era necessário “**armar-se**” para o confronto com o ‘**grande peixe do mar**’.<sup>20</sup>

Ellis analisa o litoral brasileiro e mostra como era escolhido os pontos para implantação da armação.

Da Bahia a Santa Catarina, em ilhas e no continente, à entrada de baías ou em braços de mar, nas enseadas de águas mansas e de fácil acesso, abrigadas dos ventos sul, alojaram-se as armações sempre vizinhas de uma ponta de terra, autentico posto de investigação do mar.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> COMERLATO, Fabiana. *A instalação das armações de pesca da baleia em Santa Catarina no século XVIII*. [http://www.nea.ufsc.br/artigos\\_fabiana.php](http://www.nea.ufsc.br/artigos_fabiana.php) acessado 30 de outubro de 2010, 17 horas e 25 minutos.

<sup>21</sup> ELLIS, Miriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969, p. 60.

Para a escolha do lugar onde a feitoria deveria ser erguida procuravam enseadas que fossem um prolongamento das armações, que fossem bem abrigadas e com “pontas” de terras que avançassem para o mar, isso facilitaria a observação da aproximação dos cetáceos.

Tomé Gomes Moreira foi o primeiro Contratador da Pesca da Baleia em Santa Catarina. A Coroa acatou seu projeto e o Conselho Ultramarino estabeleceu as condições do contrato. Era oferecida uma série de garantias e determinadas restrições de mercado, tinham o direito a instalação e exploração durante dez anos na costa catarinense, com isenção de quaisquer direitos sobre o óleo e as barbatanas e mediante uma área de terra em sesmaria para agricultura e subsistência do núcleo baleeiro. Findo o prazo, entregaria à Fazenda Real os estabelecimentos e o material de trabalho.

Relata Ellis, propusera-se Tomé Gomes Moreira instalar uma armação à sua custa, “[...] preparando-a e fabricando-a com todos aqueles preparos e petrechos para Ella conducentes... barcas, canoas, armazéns, fornalhas, tanques, caldeiras de cobre, terras, escravos e tudo mais [...]”<sup>22</sup>, necessários ao empreendimento.

Como foi descrito anteriormente a primeira armação catarinense foi instalada no continente, a “Armação Grande”, que tinha como padroeira Nossa Senhora da Piedade, por isso chamada de armação da Piedade, ficava defronte à barra Norte da Ilha, “[...] num vale existente entre a ponta da Mata-Mata e o morro do Tinguá. Onde havia um profundo canal que conferia a vantagem de assegurar a passagem de grandes embarcações, desembocando na ilha de Anhatomirim.”<sup>23</sup>, foi, pela dimensão das instalações e fartura da pesca, uma das mais importantes armações do litoral brasileiro, no século XVIII.

Segundo Auguste Saint-Hilaire<sup>24</sup>,

Em virtude de suas grandes dimensões, a maior armação do sul do Brasil, teria demorado três anos para ficar pronta. (...) Esta armação possuía um conjunto de edificações bastante expressivo para a época de sua construção, contando com: trapiche, capela, engenho de azeite, casas dos tanques, armazéns, ferraria, casa-grande, casa dos feitores, companhia dos baleeiros, senzala, telheiro do escaler, casa de depósito da lenha, ditta dos cabos, ditta do panno, telheiro para a construção,

---

<sup>22</sup> Idem, p.57

<sup>23</sup> SILVA, Célia Maria e. Op. cit. p. 34.

<sup>24</sup> Naturalista Francês que passou por vários estados brasileiros deixando relatos de valores imensuráveis, em Santa Catarina passou em 1820, deixou um relato minucioso de grande valor histórico e científico sobre a economia e as características locais.

casa de hospital e botica, cariocas e engenhos. Posteriormente, foram construídos um quartel para a tropa e casa para os oficiais.<sup>25</sup>

Em 1754, uma sociedade de capital português que tinha a frente Francisco Peres de Sousa, além de José do Couto e João Carneiro da Silva, arremataram o contrato da “Pesca da Baleia” para o litoral sul - brasileiro, pelo período de 1754 a 1760. Peres de Sousa renovou sozinho o contrato, que previa exploração entre 1761-1765<sup>26</sup>.

Os contratadores quando adquiriam a concessão real para a caça da baleia, pagavam um preço determinado por este direito de exploração exclusiva. De 1742 a 1765, foram feitos quatro contratos de pesca, mas apenas uma armação emergiu na costa, já que “era do concessionário a tarefa da instalação completa da armação e de sua manutenção, sem qualquer dispêndio da Coroa.”<sup>27</sup>

Entretanto, em 1765, foi arrematada pela sociedade administrada pela família Quintella o monopólio da pesca da baleia, essa sociedade representou a época de maior expressividade na referida manufatura visto que eles arremataram por três vezes o contrato de 12 anos, e instalaram mais cinco núcleos de caça ao cetáceo, tudo isso possível graças ao renome que a dita família possuía na metrópole,

[...] um dos comerciantes de maior prestígio. Homem de confiança do ministro, probidade e préstimos, negociante abastado, dispunha para o giro de seu grande comércio, [...] Participou da organização e da direção das companhias do comércio do tabaco, foi provedor da junta do comércio, ocupou postos de destaque na época, e chegou a desempenhar funções de estão. Grande monopolista, teve em mãos além do contrato da pesca da baleia, o do sal, o do tabaco, o da dízima da alfândega do Rio de Janeiro e vários outros, no Brasil e em Portugal.<sup>28</sup>

Durante o período do contrato pertencia ao contratador o monopólio da caça da baleia, da manufatura do óleo e do abastecimento da metrópole. Ninguém mais, nem a própria fazenda real, poderia instalar novas armações ou valer-se das baleias encalhadas para beneficiar o óleo ou remover as barbatanas. Entretanto os contratadores tinham o direito de erigir, transferir ou extinguir uma armação baleeira, além de construir tanques, mas ao término do contrato todos os benefícios seriam revertidos a bens da

---

<sup>25</sup> Saint-Hilaire, Auguste de, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1978.

<sup>26</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. P. 152.

<sup>27</sup> COMERLATO, Fabiana. A instalação das armações de pesca da baleia em Santa Catarina no século XVIII. [http://www.nea.ufsc.br/artigos\\_fabiana.php](http://www.nea.ufsc.br/artigos_fabiana.php) acessado 30 de outubro de 2008, 17 horas e 25 minutos.

<sup>28</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 153.

Coroa, segundo Mirian Ellis, sendo ele reembolsado de um terço do que houvesse despendido.

Investiram esses contratadores liderados pelos Quintellas enormes capitais em escravos, embarcações, instalaram novas armações, além de ampliarem as fábricas. A pesca em Santa Catarina tinha tanto êxito que uma Provisão Régia de 09 de julho de 1772 criou a armação da Lagoinha, que recebeu Sant'Ana por padroeira, localizada ao sul da Ilha do Campeche, na futura freguesia do Ribeirão da Ilha.<sup>29</sup> Foi erguida em conseqüência ao contrato firmado pela Coroa Portuguesa e Inácio Pedro Quintella e sócios, a fim de expandir a exploração da caça da baleia e extrair o óleo que serviria para a exportação, além de material para a produção de velas e espermacete.<sup>30</sup>

A fatura na pesca era tanta que, segundo Myrian Ellis, a companhia teve cerca de 4.000.000 cruzados de lucro, no contrato de 1777 a 1789, mesmo com “os prejuízos decorrentes das tentativas de extração do espermacete<sup>31</sup> dos cachalotes e da invasão castelhana em Santa Catarina”, já que essa invasão resultou na paralisação das duas armações que havia, entretanto a tomada da ilha pelos espanhóis resultou no surgimento da armação de Itapocoróia, distante catorze léguas ao norte da ilha, localizada em uma espaçosa e profunda reentrância semicircular, entre as pontas da Armação e das Piçarras para suprir as provisoriamente perdidas<sup>32</sup>.

Entre 1789 e 1801, período final do monopólio da sociedade liderada pela família Quintella, objetivando aumentar a produção e elevar os ganhos, ampliam a área baleeira Catarinense com a instalação da Armação de São Joaquim de Garopaba, em 1795, e um suplemento denominado Sant'Anna de Imbituba, localizada na freguesia de Vila Nova, junto a Ponta de Imbituba, em 1796.

---

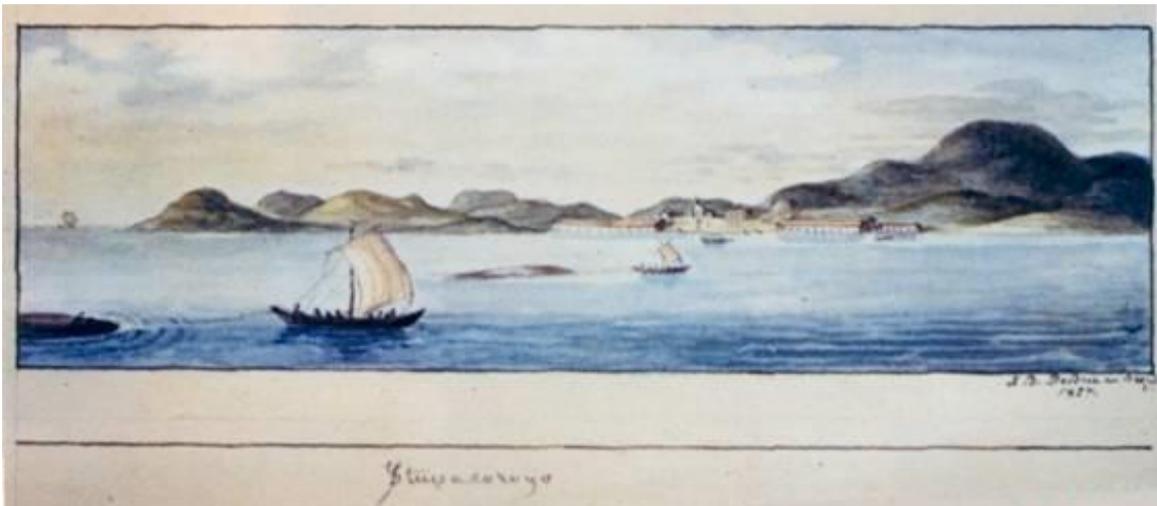
<sup>29</sup> “A freguesia do Ribeirão se localizava na baía sul, do outro lado da Ilha, fazendo face ao continente. Ao sopé do monte mais alto da Ilha, havia um conjunto de casinhas alvas, com destaque para a Igreja de Nossa Senhora da Lapa. Além deste povoado, a freguesia se estendia por Caiacanga-açu até Naufragados, localizados na ponta mais meridional da Ilha. Mais ao leste, a freguesia abrangia o Pântano do Sul, a Armação da Lagoinha e a praia do Campeche, juntamente com suas ilhas e ilhotas.” ZIMMERMAN, Fernanda. *O funcionamento da Armação baleeira da Lagoinha: hierarquia do trabalho e controle dos escravos na caça à baleia* (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825). 2006. (TCC), p. 23.

<sup>30</sup> Idem. p. 23.

<sup>31</sup> Espermacete (do latim *sperma*, esperma ou semente, e *cetus*, baleia), é uma substância cerosa de cor clara, o espermacete está presente na matéria gorda (óleos de baleia) dos cetáceos. É um dos produtos que pelo seu valor mais contribuiu para a viabilidade econômica da caça destes mamíferos marinhos. O espermacete tem sido utilizado para vários fins, entre os quais o fabrico de velas, muito apreciadas por arderem sem libertar fumos ou odores, fluido de transmissão automática, lubrificante para instrumentos delicados de elevada altitude, cosméticos aditivo para óleo de motor, glicerina, compostos de proteção contra a ferrugem, detergentes, fibras, vitaminas e mais de 70 compostos farmacêuticos.

<sup>32</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 156.

Figura nº 02: Gravura da Armação de Itapocoróia - 1827



Fonte: Jean Baptiste Debret.

Reprodução fotográfica: José La Pastina Filho. Original: Museu Castro Maya, RJ.<sup>33</sup>

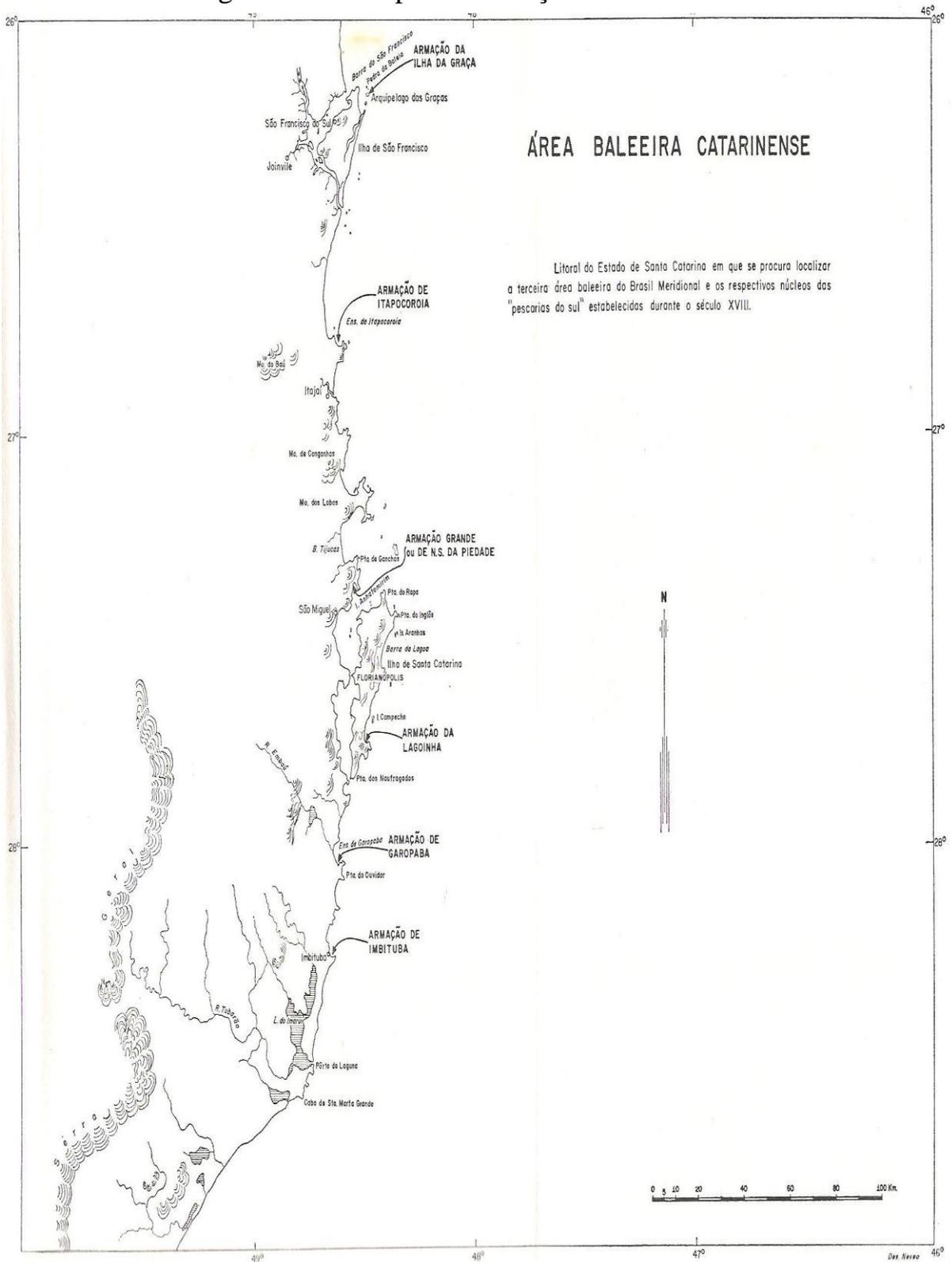
Nos últimos anos do séc. XVIII, os rendimentos já não eram como os obtidos anteriormente, seja pela escassez dos mamíferos na costa catarinense ou fatores como a concorrência externa. Isso acarretou com que a caça ao cetáceo entrasse em declínio e que a coroa extinguisse a forma monopolista de exercer a pesca. De acordo com Célia Maria e Silva, Portugal encerra os monopólios,<sup>34</sup> abrindo assim a diversas possibilidades de comercio a todos os capitais mercantis de sua metrópole. Em 1801, a Coroa abria “concorrência” aos capitais que quisessem se associar, entretanto com a falta de interessados ocorreu que a própria Coroa passasse a administrar os estabelecimentos. Durante esse período que a Coroa exerceu a função de administradora da caça, apenas uma armação foi criada em Santa Catarina, a da Ilha da Graça, em 1807, localizada na barra norte do rio São Francisco, essa fase perdurou até 1816.

---

<sup>33</sup> Apud. Comerlato

<sup>34</sup> A finalização dos monopólios aconteceu por determinação do Rei através do alvará de 1796, que dizia textualmente: “Que da publicação deste alvará em diante, possam todos os negociantes portugueses, cada por si ou reunidos em Sociedade, preparar e armar navios destinados a pescar baleias, e preparar seu azeite em alto mar, em toda e qualquer parte desde as costas dos seus Reinos, até as do Brasil, e nas de Moçambique; podendo depois vender o azeite e as barbas debaixo das mesmas condições, que os atuais contratadores; ou seja, nos domínios de sua majestade; exportados para fora do Reino”. Apud. SILVA, Célia Maria E. p. 50.

Figura nº 03: Mapa das armações catarinenses



Fonte: ELLIS, Mirian. *A Baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1969.

Entre 1816 a 1825, a Coroa tenta a reestruturação do antigo regime de monopólio de capitais mercantis, para com isso tentar alavancar as armações baleeiras, mas a atividade já estava em declínio e enfraquecida.

A falta de capitais, o desapoio do Estado, as técnicas rotineiras e a desenfreada concorrência de ingleses e norte-americanos no Atlântico sul, haviam levado, todavia, à decadência as feitorias baleeiras meridionais do Brasil e, praticamente, de nada lhes servira a liberdade concedida àquela indústria fadada à estagnação.<sup>35</sup>

José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1790, escreveu sua “Memória sobre a pesca das baleias, e extração de seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias” (ANDRADA E SILVA, 1790), expondo-se preocupado com os procedimentos empregados nesta atividade, os quais resultariam no término futuro de gerações de baleias, afetando assim, o retorno que a Coroa tinha a capacidade de conseguir com a atividade:

Deve certo merecer também grande contemplação a pernicioso prática de matarem os baleotes de mama, para assim arpoarem as mães com maior facilidade [...]. Este método [...] parece visto a vulto excelente, mas olhando de perto é mal, e trará consigo, a não se prover nisso, a ruína total desta tão importante pescaria. É fora de toda dúvida que matando-se os baleotes de mama, vem a diminuir-se a geração futuras.<sup>36</sup>

O alerta de José Bonifácio de Andrada e Silva já teve a confirmação no declínio da pesca na troca de século e se confirmou em meados do Séc. XIX quando as armações, quase todas, fecharam suas fábricas, isso também se deve a expansão das frotas baleeiras, de navios frigoríficos, e à invenção do canhão para arpoar as baleias, isso fez aumentar o numero de capturas no nível internacional.

---

<sup>35</sup> Myriam Ellis, *Escravos e assalariados na antiga pesca da baleia*. 1973, p. 314.

<sup>36</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva, *Memórias sobre a pesca das baleias*. In: Edgard Falcão (org.), *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos/ SP, Imprensa Oficial, 1963. *Apud.* OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. Na mira do arpão. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, p. 61 - 63, 01 set. 2009.

## 2- AS ESTRUTURAS DAS ARMAÇÕES E SUAS CONSEQUENTES INFLUÊNCIAS NAS COMUNIDADES AO ENTORNO.

Na escolha do local para o funcionamento da Armação, evitavam-se costões de mar bravo e praias excessivamente rasas. Dezoito palmos de água sobre a areia, no mínimo, eram imprescindíveis às manobras de puxar, virar e içar fora d'água as baleias capturadas.<sup>37</sup>

Como veremos a seguir algumas armações eram autênticas vilas. Construídas nas proximidades das praias, seus estabelecimentos: Casa Grande, Capela, Moradias, alojamentos e senzalas, engenho de frigar e reservatórios de óleo, armazéns e oficinas, cais, rampas e paredões atingiam as bordas do mar.

A lenha era indispensável a uma armação, então “de onde se extraíam a madeira para construções e barcos e a lenha para as fornalhas em que se fundia, em enormes caldeiras, o toicinho das baleias”.<sup>38</sup>

[...] a pesca da baleia é muito abundante: mas é uma propriedade da coroa, arrendada a uma companhia de Lisboa: esta companhia tem nesta costa, três grandes estabelecimentos nos quais se pescam cada ano cerca de 400 baleias, cujo produto, tanto em azeite como em “sperma-céti”, é enviado para Lisboa pelo Rio de Janeiro. Os habitantes não passam de meros espectadores desta pesca, que não lhes traz nenhum proveito.<sup>39</sup>

Um dos primeiros relatos que fala sobre a caça a baleia na costa catarinense é de autoria do Francês, La Pérouse<sup>40</sup>, em sua observação sobre as armações é realçada a grande abundância dos cetáceos, como também o lucro que os contratadores obtinham com a pesca, entretanto como permaneceu apenas doze dias na ilha descreveu os habitantes como “*meros espectadores*”, De fato não existem dúvidas quanto os maiores beneficiados serem os arrematantes do negócio que não eram da ilha nem colocavam nela os lucros que ganhavam com a pesca. Todavia, a caça aos cetáceos acabava

---

<sup>37</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 60.

<sup>38</sup> Idem, p. 62

<sup>39</sup> Galaup, Jean-François. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4<sup>o</sup> ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996, p. 113.

<sup>40</sup> Navegador Jean-François Galaup, conde de La Pérouse, deixou Brest com as fragatas “Astrolabe” e “Boussole” a 1<sup>o</sup> de agosto de 1785, encarregado por Louis XVI de uma viagem de exploração pelo Pacífico. Ancorou em Santa Catarina, em 25 de outubro de 1785, permanecendo por 12 dias na costa e deixando um relato com uma descrição e importantes observações da ilha na época.

movimentando toda estrutura local, seja pelo abastecimento de alimentos, a iluminação via óleo de baleia ou até mesmo a criação de vilas com o surgimento de uma armação. Além disso, existia o contato com outras Capitânicas já que eram enviadas periodicamente embarcações para o Rio de Janeiro, assim a troca de correspondências e cargas acontecia frequentemente.

No caso da iluminação estava no contrato a obrigação dos contratadores de fornecerem o óleo onde estavam instaladas, conforme relata Myrian Ellis, “era função dos antigos núcleos baleeiros meridionais fornecerem óleo de baleia para iluminação às populações das capitânicas em que se estabelecessem, às das vilas costeiras especialmente.”(ELLIS, 1969, p.128.)<sup>41</sup> Além disso a construção de uma armação seguia um sistema complexo, onde terminava por emergir não apenas um local de pesca de baleia, mas uma nova vila de habitantes, como nota-se o documento sobre a construção da Armação da Piedade:

- Uma casa grande destinada ao administrador da armação, medindo 118 palmos de frente por 110 de fundos;
- Uma casa destinada a campanhas de baleeiros, com 117 palmos de frente por 33 de fundos, repartida em 5 compartimentos. Às campanhas acrescia-se ainda um prolongamento de casas: uma com 249 palmos por 30 de fundos, repartida em 10 compartimentos; outra com 108 palmos de frente por 32 de fundos, compartimentada em 4 seções e a última, com 120 palmos de frente por 30 de fundos, com 5 subdivisões;
- Um prolongamento de casas onde funcionavam as senzalas, medindo 715 palmos de frente por 151 de fundos, compartimentados em 44 casas, destinados aos escravos solteiros, e outro prolongamento, com 194 por 30 palmos, destinado aos escravos casados;
- Um prolongamento de casas para amparar os feitores, medindo 120 palmos por 32, seccionado em 4 repartições, e um outro, de 43 por 32 palmos repartido em 04 quartos;
- Uma casa para funcionamento do hospital e botica, com 121 por 56 palmos de fundos;
- Uma capela denominada Nossa Senhora da Piedade, com 39 palmos de frente por 90 de fundos;
- Um prolongamento de casas onde se instalariam o capelão, ferraria e armazéns, medindo 128 palmos de frente por 175 de fundos;
- Uma fábrica onde funcionaria o engenho de frigar baleias, medindo 345 palmos por 90 e onde funcionariam também duas repartições de sobrado com 28 fornalhas para caldeiras;
- Uma casa destinada a absorver tanques para beneficiamento dos produtos, medindo 218 por 88 palmos, subdividida em dois prolongamentos, cada um com 5 tanques de 16 palmos de fundo. Acrescia-se ainda outro prolongamento de 183 por 51 palmos, destinado a absorver 4 tanques de 16 palmos de fundo e um outro de 186 por 48 de fundos, com 4 tanques de 13 palmos de fundo cada;
- Uma casa onde eram colocados os tanques de salgamento, medindo 130 palmos por 80 de fundos, repartida em 03 tanques de 10 palmos de fundo cada um;

---

<sup>41</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 128.

- Um armazém para recolhimento de lanchas, medindo 45 palmos de frente por 136 de fundos;
- Um tanque cuja finalidade era lavar barbatanas, compreendendo 49,5 braças de palmos cúbicos e 105 palmos superficiais.
- Casa do Sítio da Fazenda, com a extensão de uma légua de sesmaria destinada para a agricultura e subsistência, um engenho para produzir açúcar e uma fabrica de fazer farinha.<sup>42</sup>

Nota-se que não era apenas uma Armação baleeira que estava emergindo, mas uma vila com sua igreja, hospital, botica e armazéns, a construção da armação trazia benefícios para a região onde estava. Vimos assim que a armação contava com um significativo investimento de capital que fizeram ela com o que havia de melhor para ter um desenvolvimento pleno das atividades e com isso auferir grandes lucros.

Com essa construção voluptuosa o espaço natural de Piedade sofreu uma grande transformação, na chegada dos imigrantes açorianos e madeirenses muitos ficaram no entorno da armação, trabalhavam em pequenos grupos familiares, contudo havia imigrantes que compunham parte da força de trabalho do interior da manufatura baleeira. Como descreveu Maria Célia e Silva,

Por um lado, Armação da Piedade evidenciou-se como palco de produção e entreposto comercial, entrelaçada aos capitais comerciais portugueses que se valiam de um modo de produção escravista, cujos trabalhadores eram provenientes do continente africano. Por outro lado, os territórios circunvizinhos revestiam-se de pequenos produtores mercantis, provenientes das ilhas de Açores e Madeira, que se interpenetravam ao processo baleeiro nas épocas de “safra” articulando-se posteriormente, ao nascente mercado, ao longo da orla marítima catarinense, em especial, Desterro.<sup>43</sup>

Outro autor que cita essa integração dos imigrantes com as armações é Piazza,

[...]aspecto positivo é o da continuidade da tradição pesqueira. O açoriano chega à Ilha de Santa Catarina e seu continente fronteiro coincidentemente no período de implantação e desenvolvimento das “armações” de baleia, com intensa pesca de cetáceos.

[...] A adesão dos açorianos à tal tipo de pesca não causa estranheza, porquanto estavam acostumados, em sua área de origem, à pesca de alto-mar, e, assim sendo, não se furtaram a tal tipo de atividade. E, conseqüentemente da construção naval.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> Real Junta do Comercio. Administração da Pesca da Baleia. Documento do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, caixa 360, pacote 3, fls. 118-121.

<sup>43</sup> SILVA, Célia Maria e. Op. cit. p. 40.

<sup>44</sup> PIAZZA, Walter F. Op. cit. p. 153.

Então pode se dizer que os habitantes não eram espectadores, obviamente não eram os maiores beneficiados, no entanto eram envolvidos nas atividades da pesca, já que não se pode omitir que a manufatura escravista da atividade baleeira articulava-se a pequena produção agrícola familiar, como relata Maria Célia e Silva, cujos excedentes eram comercializados fazendo assim que a Capitania de Santa Catarina tivesse um papel de destaque na colônia sendo uma área fornecedora de gêneros alimentícios, já que diferentemente de outras regiões brasileiras que exploravam a monocultura, a pequena propriedade familiar de colonização açoriana permitiram aos colonos a prática de uma policultura de subsistência que somada a produção pesqueira, garantia os excedentes que proporcionavam as relações comerciais com outras vilas.<sup>45</sup>

Alguns viajantes foram ajudados por essa atividade econômica. Semple Lisle<sup>46</sup>, inglês que passou pelas terras catarinenses, em 1797, deixou um relato sobre a benevolência do superintendente e sua boa recepção, conseguindo um transporte de baleeira até a Ilha, pelo descrito podemos falar que esteve na Armação de São Joaquim de Garopaba.

[...] após uma marcha muito difícil e cansativa, alcançamos uma região de pesca de baleias, a cerca de onze ou doze léguas da ilha de Santa Catarina. [...] Ali fomos amavelmente recebidos pelo superintendente, que parecia ser um homem inteligente e que habitava uma ótima casa, a melhor que eu já havia visto na zona de campo. Ele nos mostrou todos os engenhos e prédios que pertenciam aquele lugar. Das queixas que ele fez contra os baleeiros Britânicos, pareceu-nos que ali se faziam sentir grandemente os efeitos do empreendimento e da atividade dos nossos compatriotas. [...] Concordamos em prosseguir dali até a ilha de Santa Catarina a bordo de um dos seus baleeiros.<sup>47</sup>

A armação foi erguida junto ao pé do Morro de Garopaba fazendo parte da freguesia da Enseada de Brito, sua estrutura produtiva lhe deu a condição de segunda maior armação do Brasil Meridional, atrás apenas da armação da Piedade. Como notamos na imagem a seguir um dos grandes pontos a favor desta armação era seu trapiche de madeira que adentrava ao mar por 123 metros, equipado com um

---

<sup>45</sup> O maior destaque ficava com a farinha de mandioca que alcançou os mercados de Salvador, Rio de Janeiro, Montevidéu. Também comercializavam os excedentes das policulturas que praticavam como arroz, café, milho, feijão e outros. Além é claro dos pescados e seus derivados.

<sup>46</sup> Fugitivo inglês, que foi jogado ao mar por Franceses perto do Rio Grande, fez todo trajeto da costa sul brasileira passando por Laguna até chegar a dita armação baleeira, onde foi transportado até a Ilha de Santa Catarina, de onde seguiu para o Rio de Janeiro. Foi enviado para Inglaterra e faleceu na prisão.

<sup>47</sup> Semple Lisle. In: Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996. p. 113.

“guindaste” para içar mercadorias das embarcações como também, os nacos de toucinho no desmancho da baleia ainda dentro da água.<sup>48</sup>

O viajante e pintor francês Jean Baptiste Debret passou pela armação de Garopaba, em 1827, com a gravura, a seguir, de sua autoria podemos compreender a espacialidade do local, a enseada facilitava a pesca da baleia e sua vigia, com sua escarpa que adentra ao mar, conforme descreve Cormelato, Do lado direito da gravura temos o núcleo baleeiro, aparecendo, no primeiro plano, temos duas edificações interligadas. Estas correspondem ao engenho de frigar e a casa dos tanques. Ambas possuem as mesmas dimensões, dois pavimentos e telhado em quatro águas.<sup>49</sup>

**Figura nº 04: Armação de São Joaquim de Garopaba - 1827**



Fonte: Jean Baptiste Debret.

Reprodução fotográfica: José La Pastina Filho. Original: Museu Castro Maya, RJ.50

Auguste de Saint-Hilaire fez uma descrição detalhada da Armação de Itapocoróia, tal como era em 1820, “parte das construções [...] se estende a beira do mar. A casa do administrador, a capela e os alojamentos do capelão e dos empregados tinham sido construídos sobre uma plataforma elevada”.<sup>51</sup> Nota-se uma semelhança com a gravura da Armação de Garopaba, onde também se encontra a Casa Grande, a capela e os alojamentos do capelão e empregados, no sopé do morro, um pouco afastado do mau cheiro e da estrutura de beneficiamento da armação.

<sup>48</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 62.

<sup>49</sup> COMERLATO, Fabiana. *A instalação das armações de pesca da baleia em Santa Catarina no século XVIII*. [http://www.nea.ufsc.br/artigos\\_fabiana.php](http://www.nea.ufsc.br/artigos_fabiana.php) acessado 30 de outubro de 2010, 17 horas e 25 minutos.

<sup>50</sup> Apud. Comerlato

<sup>51</sup> Saint-Hilaire, Auguste De, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. São Paulo: ed. Itatiaia, 1978, p. 162

O viajante segue descrevendo “a construção que vinha a seguir media noventa e um passos de comprimento e era denominado engenho de frigir porque era ali que se fabricava o óleo.” O engenho de frigir era o principal setor da armação, o centro para onde convergia todo trabalho da feitoria, razão das atividades e da vida que ali se desenvolvia.

ELLIS descreve o engenho de frigir, construída próxima ao mar, protegida das ondas pelo paredão ou cais, tinha sua estrutura apoiada em pilares de tijolos com até quatro metros de altura, “de pedra e cal, coberta de telhas, erguida sobre pilares e frontais de tijolos e esteio de pau.” Saint-hilaire descreve a construção de Itapocoróia,

[...] media noventa e um passos de comprimento e era denominado engenho de frigir porque era ali que se fabricava o óleo. Havia nesse prédio nove cadeiras para derreter o óleo, com os respectivos fogões. Elas tinham sido mais numerosas em outros tempos, mas as que existiam à época da minha viagem eram as mais do que suficientes para a pesca que se fazia. As caldeiras tinham a forma de uma calota hemisférica e mediam cerca de 5 metros de circunferência.<sup>52</sup>

As dimensões variavam de uma armação a outra, as maiores mediam mais de 70m de frente por 20 de fundo com 4m de pé direito. O engenho de baleias era dividido em duas oficinas: a do açougue e a das fornalhas. Myrian Ellis descreve os dois compartimentos,

*A oficina do açougue*, revestida de ladrilhos, era o compartimento onde se retalhava, se cortava e se picava o toicinho das baleias, cujos resíduos não aproveitáveis, ou escorias, eram dali canalizados para o mar. [...] a oficina das fornalhas, alojava fornalhas de pedra e barro em que assentavam caldeiras onde se fundia a gordura dos cetáceos ao calor da lenha continuamente incandescente e crepitante sobre as grelhas, [...] atrás das fornalhas, o tendal com muros de pedra e barro, revestidos de ladrilhos, por onde escoava o óleo de baleia.<sup>53</sup>

Na seqüência do beneficiamento do toicinho derretido e transformado em óleo, ele era escoado por canos que eram interligados da oficina das fornalhas à construção vizinha, a Casa dos Tanques, construção que era nos moldes do engenho de frigir. As maiores armações comportavam duas a três Casas de Tanques, cada uma tinha inúmeros reservatórios, onde o óleo era armazenado e ficava a espera de ser colocado em tonéis e posteriormente ser colocado em uma expedição para consumo.

---

<sup>52</sup> Saint-Hilaire, Auguste de, *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1978, p. 162

<sup>53</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 63.

Havia casos de ter depósitos de óleo em áreas próximas a armação para o armazenamento do excedente, a Ilha do Campeche tinha um reservatório para o óleo da Armação da Lagoinha, que possuía uma Casa de Tanques com cinco reservatórios de 3,50m de fundo, com capacidade de cada um de 339,50 m<sup>3</sup>, Para comparar com a enorme Armação da Piedade que contava com três Casas de Tanques possuía a Armação da Piedade: a primeira com uma área de 928 m<sup>2</sup> e repartida em cinco tanques, a segunda com 452 m<sup>2</sup> e quatro tanques e a terceira com 432 m<sup>2</sup> e com o mesmo numero de tanques, todos eles medindo 3,50 de profundidade.<sup>54</sup>

Havia também os Tanques de Salga e de lavar Barbatanas, bem menores que os de armazenar o óleo. O de Salga era destinado à conservação do Toicinho e da carne da Baleia. Lavadas no Tanque as Barbatanas eram posteriormente levadas para depósitos apropriados, os armazéns de Barba.

## 2.1- MÃO DE OBRA e o BENEFICIAMENTO

O Naturalista alemão Langsdorff<sup>55</sup> escreveu uma preciosa descrição das armações baleeiras catarinenses durante sua passagem por esta costa, em 1803,

A pesca da baleia e a produção desse óleo na província merecem atenção especial. Antigamente eram arrendadas a uma sociedade comercial como monopólio e obtinham bons lucros; mas, de alguns anos para cá o governo encampou tudo. É possível que os antigos arrendatários não tivessem mercado para seus produtos ou que o governo esperasse ganhar quantias maiores. Seja como for, o empreendimento da caça à baleia e produção do óleo é grande e oferecem trabalho e sustento a algumas centenas de almas, principalmente a muitos escravos negros, que têm a executar os trabalhos mais duros durante todo o ano, para ganhar o sustento de cada dia.

As diversas instalações para a pesca da baleia aqui são, do sul para o norte, as seguintes:

Armação da baleia da freguesia de Vila Nova, isto é, o arsenal das baleias situado na freguesia de Vila Nova.

Armação de Garopaba

“Armação de baleias na ilha”. O arsenal no lado sudeste (S.L.) da ilha de Santa Catarina<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Idem, p.65- 66

<sup>55</sup> Barão Georg Heinrich von Langsdorff, Ele tinha 29 anos, era médico e fazia parte da tripulação do veleiro russo Nadjeda, em viagem de volta ao mundo.

<sup>56</sup> Conhecida como Armação da Lagoinha.

“Armação de Baleias na entrada”. Arsenal na entrada norte, junto ao estreito.<sup>57</sup>

“Armação de Rio do Gravato”. Arsenal junto ao Rio Gravato.<sup>58</sup>

O arsenal nº 4 à frente da ponta norte da ilha estava bem próximo ao nosso ancoradouro, por isto, visitei-o em companhia de alguns companheiros de viagem. No ultimo inverno de 1803 foram abatidos apenas 10 cachalotes, e o intendente me assegurou que nunca aqui foram caçadas aqui outras espécies de baleias. A pesca é bem estabelecida: pela manha partem lanchas de duas em duas e à noite retornam ao estabelecimento; não vão nunca além da ilha “alvoredado”; às vezes as baleias se aproximam até ao estreito. No inicio desta pesca aqui, dizem que matavam até 400 cachalotes em cada inverno, e o numero maior foi de 500. Imaginando-se que eles fossem capazes de derreter tamanha quantidade de óleo em cada inverno, pode-se ter uma idéia do numero de caldeirões, fornos e depósitos existentes aqui. O lucro de um arsenal que abate 500 baleias está em torno de 346.000 táleres do reino. O numero de baleias diminui a cada ano, principalmente depois que os ingleses e o espírito especulativo dos americanos do norte começaram a caçar as baleias destas costas, particularmente nas ilhas Falkland.

É possível que a causa principal da diminuição da pesca à baleia se desse pelo fato de ela ter passado da mão dos particulares para as mãos do governo. Sabe-se que indivíduos do comercio tratam muito bem de tirar seus lucros e, com a indiferença existente em instituições, onde, infelizmente, há diretores bem remunerados e que se esforçam apenas pelo seu pagamento particular, ao invés de procurarem as vantagens para o governo.<sup>59</sup>

Langsdoff diferentemente de La Pérouse não faz nenhum comentário no que concerne a não participação dos moradores na dinâmica que envolvia a pesca, mas coloca em pauta a grande presença dos negros nas armações baleeira.

Segundo Myriam Ellis, a mão de obra remunerada era recrutada pelos administradores da pesca da baleia entre as populações litorâneas de pescadores e pequenos agricultores, ponto que demonstra a participação da população ao entorno da atividade, na falta de voluntários para capitanear as embarcações, empunhar os remos ou os arpões, recorriam aos cárceres e as milícias onde obtinham com permissão das autoridades a mão de obra necessária, esse trabalho associava-se a mão de obra escrava, já que os negros absorviam a maior parte das atividades terrestres, enquanto o homem livre atuava na labuta marítima da pesca.<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> Armação Grande de Nossa Senhora da Piedade.

<sup>58</sup> Armação de Itapocoróia. (atual município de Penha)

<sup>59</sup> LANGSDORFF, Georg Heinrich Von. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º Ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996, p. 178.

<sup>60</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 102

Uma precaução em relação a esse tema seria que este dito homem livre muitas vezes vivia em situação econômica e até mesmo em trabalhos tão ou mais degradantes que os homens cativos, enquanto existia negros que poderiam trabalhar, cultivar, acumular capital e por fim se alforriar, no outro lado existia homens livres que eram objetos de coerção, discriminação e muitas vezes sem receber remuneração.

Na relação dos homens vindos dos Açores e Madeira isto não ocorreu, eles ajudaram a implantar uma organização e economia singular, pois muitos fizeram a função de defensor e trabalhador, tanto em sua pequena propriedade quanto na época da pesca ao cetáceo.

Os escravos permaneciam em terra principalmente por precaução, conforme explica Ellis,

[...] o escravo representava investimento de capital e melhor seria preveni-lo o desgaste e reservá-lo ao manejo da aparelhagem de arrastar os animais capturados, ao retalhamento ou *desmancho* dos mesmos, ao beneficiamento do toicinho, à confecção de cordas ou à fabricação de pipas, barcos e ao trabalho nas forjas e a outros misteres, do que arriscar-lhe a vida no mar.<sup>61</sup>

Mas havia as exceções, segundo Myrian Ellis, “aqueles que conheciam previamente algum dos ofícios usados na atividade baleeira conseguiam trabalhar como lenhadores, pedreiros ou caldeiros”. Fica claro que os negros africanos ocupavam a maior parte dos trabalhos da armação, sendo estes exaustivos e desgastantes fisicamente, já que ficavam com os trabalhos rudimentares e também com todo beneficiamento da baleia, desde a remoção da baleia do mar até a limpeza das caldeiras após sua utilização para armazenar o óleo. Com isso podemos considerar que passavam por cativeiro tão sacrificante quanto os cativos dos engenhos de açúcar ou os das minas, mas temos que notar que um número significativamente menor atuava nas armações do que nas demais atividades coloniais.

De acordo com Camila Dias,

O período em que os homens permaneciam no mar era de três meses, remando, arpoando e arrastando a terra as baleias capturadas. Mas os perigos eram grandes e muitos arpoadores, timoneiros e remeiros morriam no mar ou regressavam feridos ou inválidos. A descrição acima, por si mesma, mostra a utilidade dos barbeiros, fossem eles escravos ou livres, encarregados do tratamento tanto dos escravos

---

<sup>61</sup> Idem, p. 102.

quanto do conjunto da população que raramente tinha um cirurgião ou físico a sua disposição.<sup>62</sup>

A forma de obtenção da mão de obra para as armações tinha que desviar de uma série de empecilhos e criar estratégias que facilitariam e barateava à caça a baleia, pois não poderiam adquirir muitos escravos já que a pesca era predominantemente entre julho a outubro, por esses motivos muito escravos iriam ficar ociosos por tempo demais, um das formas para contornar esse problema foi colocar os escravos para trabalhar na subsistência da armação, com isso na época da pesca poderiam contratar pequenos pescadores autônomos para desempenharem as funções em alto mar na pesca da baleia em caráter temporário. Fechavam acordos com os pescadores temporários de forma a aumentar o número de cetáceos caçados, dando remuneração por animal capturado, além de renda fixa e alojamento. Como descrito anteriormente, a maioria desses pescadores era de origem açoriana ou madeirense, muitos desses contratados também poderia ocorrer de uma pesca pouco proveitosa e sem quase nenhum ganho fazia que os baleeiros ficassem devendo a armação o adiantamento para seu sustento e se comprometiam a realizar a próxima pescaria

O problema era que muitos desses agricultores que largavam sua lavoura para ter o ganho extra com as pescarias acabavam não retornando de imediato a lida na sua terra, ficavam na vila gastando sua remuneração nas tavernas e na vadiagem, alguns eram homens desajustados, indisciplinados e arruaceiros que chegavam a ser presos e eram liberados depois que o administrador da armação solicitava as autoridades a suspensão das penalidades para os desordeiros voltarem a armação.

Outro fato que ocorria nas armações era o aluguel de escravos por parte dos administradores para o período de safra, pois poderia ocorrer de ter número insuficiente de cativos para o beneficiamento do azeite e outros serviços.

Também havia escravas que cuidavam das tarefas domésticas, elas eram em menor número e o administrador da armação usava isso a seu favor atribuindo-as aos escravos mais eficientes, principalmente aqueles que ficavam nas caldeiras, com isso também aumentam seus cativos, como descreve ELLIS, “e da união abençoada pelo

---

<sup>62</sup> DIAS, Camila Baptista. *A Pesca da Baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. 2010. 143p. (Dissertação de Mestrado – Departamento de História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

padre do lugar, a Administração da Pesca da Baleia receberia, para o futuro, novo elemento humano, moleques e molecotes que incorporaria ao patrimônio da armação.”<sup>63</sup>

A pesca em alto mar passava por uma série de provações, já que lidavam com as tempestades e principalmente a dificuldade de arpoar a baleia, fato este que provocava muitas vezes a volta das baleeiras sem as tripulações completas. A pesca a baleia era vista como,

[...] Empreendimento assaz arriscado, serviço penoso, a atividade baleeira atemorizava pelos riscos que oferecia. Arpoadores pereciam no mar; timoneiros e remeiros regressavam à terra feridos, inválidos ou jamais regressavam. Vigor físico, intrepidez e arrojo quase inconscientes e próprios de índoles irrequietas e aventureiras requeriam as atividades daqueles que se dedicassem voluntariamente à vida de baleeiro.<sup>64</sup>

A dificuldade era tamanha que os administradores chegavam a recorrer a cadeias públicas para pedir a suspensão de penas de pescadores que se encontravam em cárcere. Ocorria de os próprios administradores terem ordenado a apreensão deles anteriormente, já que em maioria que ia para a caça a baleia eram “socialmente desajustados, vadios, indisciplinados, irrequietos e arruaceiros, assíduos freqüentadores de tavernas, embriagavam-se freqüentemente e relutavam em voltar às lidas marinhas”<sup>65</sup>, entre ficar na cadeia e retornar ao mar os homens não tinham muita escolha a não ser voltar para a pesca. As tavernas é outro fator que mostra a ligação da armação com a vila em sua volta, o Real Monopólio tinha uma preocupação constante com essas casas que atraíam seus pescadores, já que eles gastavam seu soldo em folias que adentravam a noite. Pior quando acontecia de não haver pesca e ficassem em débito com a armação já que como foi dito anteriormente adiantavam seus pagamentos.

Uma descrição sobre a vida desses pescadores é de Saint-Hillaire em sua passagem pela costa catarinense,

As pessoas que se ocupavam da pesca eram lavradores muito pobres quase todos. Ao invés, porém, de guardarem para o futuro um pouco de dinheiro ganho com esse trabalho e de cultivarem suas terras nos dias de folga, eles ficavam à toa quando terminava a pesca e passavam

---

<sup>63</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 98

<sup>64</sup> Idem, p. 104.

<sup>65</sup> Idem, p. 105.

a vida bebendo cachaça, cantando e tocando violão até que o dinheiro acabasse.<sup>66</sup>

Os administradores das armações queriam repetir suas tripulações ano após ano já que com a experiência adquirida nas pescas anteriores facilitaria na captura dos cetáceos, por isso também a vontade de ter esses ditos arruaceiros, contudo bons pescadores, que entendiam o movimento físico da natureza para exploração e apropriação dos recursos do mar. Eles conseguiam ver o prenuncio de tempestades, sabiam como arrancar o cetáceo de seu habitat natural, já que este após ser atingido por um arpão causava uma grande turbulência no mar, estremecendo também a embarcação. Durante a estadia do viajante Trachsler ele descreve que “dois barcos pereceram sem deixar vestígios”.<sup>67</sup> Em toda a pesca o momento mais difícil era esse, o de fisgar a baleia, já que diante da morte a caça agonizava e dava muito trabalho e fazia a tripulação passar por momentos delicados.

Segundo relata Célia Maria e Silva, possivelmente, o motivo de maior resistência dos pescadores de embarcar para o mar era o receio de que algumas vezes as tripulações retornavam incompletas. Depois de capturada a baleia era levada até um trapiche onde os trabalhadores – escravos a dividiam e esquartejavam em largas tiras de mais de cem quilos. Após isso eram levados esses pedaços até o engenho de frigar para o beneficiamento do produto. Essa parte do trabalho ocasionava diversos acidentes pelo peso que era transportado, somente na Armação da Piedade, em 1816, de cento e setenta escravos, sessenta e cinco apareceram como “inválidos” descritos como quebrados ou aleijados.<sup>68</sup>

[...] o principal setor da armação, o centro nevrálgico que comandava e para o qual convergiam os trabalhos cotidianos, o eixo, a mola mestra das atividades e da vida que ai se desenvolviam, a própria razão da feitoria baleeira.<sup>69</sup>

De acordo com Ellis, no engenho de frigar, separavam a pele e picavam as tiras que após isso eram jogadas para serem derretidas, com isso iniciava o processo de fabricação do óleo, depois do derretimento, ele era escoado através calhas de madeira e purificado para ser armazenado na casa dos tanques. “todas estas tarefas, cortar as tiras,

---

<sup>66</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit. p. 163.

<sup>67</sup> Navegador Suíço que ancorou na ilha em 1828, Heinrich Trachsler.

<sup>68</sup> SILVA, Célia Maria e. Op. cit. p. 59.

<sup>69</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 63.

extrair a lenha, fazer o fogo ficar permanentemente aceso, derretimento, escoamento e purificação do produto eram executadas por trabalhadores escravos”<sup>70</sup>

Saint-Hillaire em sua passagem por Itapocoróia relata na sua visão como era dividido o trabalho, “os homens empregados na fabricação de óleo eram escravos, mas na pesca utilizavam-se homens livres, que mereciam mais confiança.” E comenta sob como recebiam os pescadores, “eles eram pagos de acordo com o numero de baleias mortas, e os homens de todas as embarcações recebiam a mesma quantia paga aos arpoadores.”<sup>71</sup>

Podemos constatar que o naturalista Langsdorff deixou após sua passagem pela costa catarinense uma das descrições que mais se aproximam a realidade de uma armação, em seu relato temos a passagem, “[...] o empreendimento da caça à baleia e produção do óleo é grande e oferecem trabalho [...] principalmente a muitos escravos negros, que têm a executar os trabalhos mais duros durante todo o ano, para ganhar o sustento de cada dia.”<sup>72</sup> esse relato ecoa nas descrições de Myriam Ellis, que descreve,

Penosa era a faina diária dos escravos na apuração do óleo... Processava-se em ambiente de elevada temperatura e de odor acre e nauseabundo, saturado de gorduroso vapor e espessa fumaça em constante emanção das caldeiras e fornalha... Mais penoso ainda era lenhar nas matas<sup>73</sup> e transportar ao engenho de frigrir.<sup>74</sup>

Beneficiado o óleo e armazenado na casa dos tanques<sup>75</sup>, chegava o momento da comercialização do produto. Era mais um trabalho para os escravos que abasteciam os tanques com óleo e depois carregavam até as embarcações. Entretanto uma parte do óleo beneficiado permanecia no povoado para sua iluminação, também ficava na costa onde estava à armação a carne magra dos cetáceos para o consumo da população que fazia o salgamento desta antes de secá-la ao sol, após isso era armazenada em barris.

Essa atividade econômica foi extremamente exploratória, os pescadores e escravos eram forçados a trabalhar dias e dias nos mares à busca do animal;

---

<sup>70</sup> SILVA, Célia Maria e. Op. cit. p. 60.

<sup>71</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit. p. 162.

<sup>72</sup> LANGSDORFF, Georg Heinrich Von. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996, p. 178.

<sup>73</sup> Os escravos tinham como trabalho adentrar na mata próxima a armação e pegar lenha para as fornalhas em que se fundia, em enormes caldeiras, o toicinho das baleias para fazer o óleo e também extrair madeira para a construção de barcos.

<sup>74</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 122.

<sup>75</sup> A distribuição para o consumo era feita em pipas (recipientes de madeira que normalmente tinham um volume de 424 litros). Dependendo das dimensões da baleia, produziam-se de 10 a 30 pipas de óleo

trabalhavam noites inteiras, até o raiar do dia nos engenhos. Qualquer resistência por parte dos trabalhadores-escravos era impedida de forma violenta e repressiva, já que essa atividade se notabilizou por uma hierarquia firme onde não poderia haver deslize que prejudicasse a atividade, garantido a realização de todas as etapas do processo produtivo.

As armações baleeiras tinham uma estrutura grande que possibilitava toda a atividade da caça, segundo Ellis, havia em uma armação, da casa do administrador da armação até senzala, passando pelo sitio da fazenda que era um núcleo agrícola que abastecia toda composição da armação, nesse núcleo havia a aparelhagem pra fazer farinha, o engenho de rodas de ralar mandioca, prensa, fornos e fornalhas.<sup>76</sup>

Na passagem de Saint-Hillaire pela Armação de São Joaquim de Garopaba ele relata a “lida” com a mandioca,

[...] essa planta era a mais indicada para região, já que prefere os terrenos arenosos. Acrescentou que quando o plantio era feito imediatamente após a derrubada da mata virgem, a terra era deixada em descanso durante dois anos depois de feita a colheita, mas se o plantio fosse feito numa capoeira era preciso esperar quatro ou cinco anos para tornar a plantar no mesmo lugar, sendo esse o tempo necessário para que os arbustos e o mato rasteiro voltassem a crescer o suficiente para serem cortados e queimados.<sup>77</sup>

Essa ação de desmatar é comprovada pelo mesmo Saint-Hillaire que ao viajar de Garopaba para Vila Nova descreveu, “muitas terras já tinham sido desmatadas, principalmente nas vizinhanças da armação, e eu vi mesmo, de distancia em distancia, alguns sítios e plantações de mandioca”.

As moradias de uma armação, segundo Myriam Ellis, eram a casa grande da armação ou “casa da vivenda”, destinada ao administrador da armação com seus familiares, sempre ampla para refletir a importância das pessoas que ali habitavam, assim rezam os inventários, a da Lagoinha “[...] dispunha de três salas, quatorze quartos, três corredores, varanda, cozinha.[...]”, a morada dos feitores era mais modesta, feitas “sobre pilares de tijolo e esteios de madeira, com paredes externas também de tijolo e internas de pau-a-pique, as vezes anexavam-se, a casa do capelão, algum armazém de gêneros, a fabrica de farinha ou a casa do hospital. As senzalas “*disposta em quadras*

---

<sup>76</sup> O principal produto, a mandioca sob forma de farinha, constituía com o peixe cozido na água, o alimento cotidiano das populações litorâneas, não excluindo a das áreas ocupadas pelas armações. Ellis, *A baleia no Brasil colonial*, p. 80.

<sup>77</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit. p.191.

*ou formando um alinhamento*”, a maioria feita em pau-a-pique e cobertas com palha. Se uma armação fosse construída, uma Capela também iria ser erguida, a maioria era feita com óleo de baleia e dava o nome a armação.

Como visto anteriormente a estrutura de uma armação era enorme e não se restringia as moradias concentradas próximas a casa-grande, havia o sitio da fazenda, onde se encontrava o engenho<sup>78</sup>, e cultivava os alimentos de toda armação, arroz, milho, café, hortaliças e árvores frutíferas, além de ter algumas cabeças de gado, não só para a alimentação como também para o transporte.

Segundo Camila Dias,

[...] gêneros de primeira necessidade fornecidos às armações, para além do consumo dos diversos tipos de peixes, eram: o charque, o sal e o fumo. O charque e a farinha eram a base da alimentação cotidiana dos baleeiros e de seus escravos, [...] o fumo tinha nos escravos africanos os maiores consumidores.<sup>79</sup>

Apesar de arriscada, a caça à baleia tinha grandes vantagens. A principal delas era o aproveitamento quase total da presa. O produto mais cobiçado, como descrito anteriormente, era o óleo, extraído das grossas camadas de gordura que envolvia o animal. Existiam diversas funções para esse “azeite” ou “graxa”, a mais comum utilizada para iluminação das casas, engenhos e fortalezas, além da própria armação durante o trabalho noturno, também na calafetagem de barcos, lubrificação de engrenagens e refino de enxofre, além da fabricação de sabões e velas, outra utilização era no combate ao reumatismo e em outras doenças de pele. Era uma argamassa especial quando misturada ao barro, produzia construções tão sólidas que são resistentes até hoje, um exemplo é a igreja de São Joaquim em Garopaba. Mas não era só óleo que se aproveitava, a carne servia de alimento, apesar de não muito apreciada, após ser salgada era servida de alimento, entretanto a “carne da baleia era tida como de qualidade e sabor inferior à bovina, por isso era consumida pelas camadas menos

---

<sup>78</sup> “Um esclarecimento importante é ao conjunto das atividades abarcadas pela palavra engenho que era usada não apenas para designar o lugar do beneficiamento da cana para produção do açúcar, mas também da rapadura, da cachaça, e, o que muitos não sabem, da mandioca para o feitiço da farinha” apud, DIAS, Camila Baptista. *A Pesca da Baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. 2010.

<sup>79</sup> DIAS, Camila Baptista. *A Pesca da Baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. 2010, p.43.

favorecidas da população”<sup>80</sup>, um dos principais destinos da carne de baleia eram as senzalas, e também os navios negreiros que na travessia alimentavam os negros com o mantimento, a língua era vendida à nobreza e ao clero como iguaria, enquanto a carne era um subproduto. As barbatanas faziam parte de indumentárias da classe alta européia, eram empregados na confecção de acessórios e roupas, como saias, chapéus e espartilhos. Os ossos eram aproveitados na produção de móveis, construía-se cercas para os quintais, assentos e objetos de decoração e na construção civil.

Nota-se que a atividade foi crescendo e tornando-se cada vez mais importante, já que seus derivados viraram itens de primeira necessidade para o novo mundo e em grandioso lucro para os empreendedores que obtinham o monopólio da pesca.

---

<sup>80</sup> Idem, p. 45.

### 3- OS ARRENDATÁRIOS e o DECLÍNIO

A pesca da baleia e seus contratos sempre foram vistos como uma atividade que não era benéfica aos habitantes da ilha. Como observou o navegador Frances Conce de La Pérouse, não passavam de “meros espectadores dessa pesca”, já que os contratantes arrendavam todo o sistema produtivo diretamente da Coroa, no qual esta ficava com o dinheiro do contrato e os comerciantes portugueses com os voluptuosos lucros. Quase sempre aplicavam seus lucros na metrópole, mas como uma indústria enorme para época acabava movimentando a sociedade local, através do aprovisionamento dos alimentos para essa pesca, através das embarcações dos contratantes que faziam o trajeto do óleo para outras capitânicas, fazendo assim a ligação de cargas e correspondências entre elas.

O viajante Francês Duperrey ao passar pela ilha relatou “a pesca da baleia oferece um ramo de indústria vantajoso. Ela tem lugar durante os meses de inverno na embocadura setentrional do canal e sobre as costas da ilha e da terra firme”.<sup>81</sup>

Além dos lucros ganhos pelos arrematadores, a Coroa Portuguesa recolhia proventos, tomados diretamente por ela. Mas uma parte retornava à Capitania, que recebia recursos para pagamento de seu pessoal, desde o Governador até os últimos oficiais, inclusive vigários das freguesias.

Vem da iniciativa privada o surgimento das armações de pesca de baleias no Brasil. A Real Fazenda não investia recursos materiais no empreendimento, limitava-se a conceder o direito da pesca e do comércio dos produtos do cetáceo a negociantes interessados e a permitir-lhes o investimento de capitais na organização de uma feitoria. Em vez de auferir rendimentos anuais pela concessão, a Coroa recebia ao fim de alguns anos, a título de pagamento, fabrica, alojamentos, armazéns, fornalhas, tanques, caldeiras, escravos, terras, embarcações e apetrechos da pesca e da manufatura do azeite, que representavam o capital investido pelo armador.

Tudo se regulava através um “assento” que era uma espécie de acordo registrado e firmado entre a Coroa e o interessado em explorar determinada atividade em áreas pertencente ao Reino. Terminado o prazo da concessão regia, o patrimônio da armação

---

<sup>81</sup> DUPERREY. Louis Isidore. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996, p. 262.

era incorporado pela Fazenda Real e ao monopólio da pesca da baleia. Os contratos arrematados em Lisboa ou no Rio de Janeiro, conforme as conveniências da Coroa e suas cláusulas, estipulavam a vigência temporária e o preço do privilégio. As formas de pagamento à Fazenda Real, os direitos, deveres mútuos das partes contratadas e as concessões da Coroa aos arrendatários, variavam de acordo com a época, com as áreas de pesca que abrangiam. Quem arcava com as responsabilidades do monopólio era exclusivamente o contratador, entretanto no caso de falência do arrendamento, correria por conta da Fazenda Real, a administração daquele contrato, que implicava em despesas de custeio da fabrica, de manutenção e da mão-de-obra, além de imprevisíveis e inevitáveis prejuízos decorrentes da ausência do contratador.<sup>82</sup>

A Coroa encontrava dificuldade no transporte do óleo, pois para ela era melhor quando as embarcações transportavam vários produtos, no entanto muitos comerciantes de açúcar se negavam a misturar suas caixas junto com o óleo de baleia, alegando que o açúcar iria absorver o cheiro do óleo. Outro caso era o excedente de óleo que ficava guardado em tanques de um contrato para outro que o seguinte deveria pagar por este e era difícil vendê-lo já que se tornava espesso, rançoso, inaproveitável para a iluminação e comércio. Essa situação prejudicava a Coroa no contrato de arrendamento da pesca, já que como dito anteriormente, essas sobras eram obrigadas a serem adquiridas pelo novo contratador, o que ocasionava o prejuízo com o óleo velho e ainda ter tanques cheios de óleo que impossibilitavam extrações novas.

Isso ocorre em Santa Catarina após Portugal encerrar os monopólios, em 1798, mas que entra em vigor, em 1801, com o fim dos 36 anos de arrendamento da família Quintella, como veremos a seguir, a Coroa abre a possibilidade de comércio a todos os capitais mercantis de sua metrópole que quisessem se associar a ela. Se houvesse a falta de interessados para concorrer à produção baleeira a Coroa passava a administrar diretamente o estabelecimento.

Os rendimentos que provinham dos contratos proporcionavam recursos à Fazenda Real para manutenção da Colônia, eram usados como uma complementação de verba para os salários eclesiásticos, civil e militar, nas construções de fortalezas, aquisição de mantimentos, remuneração da mão-de-obra, auxílio as Capitâneas, entre outras despesas. Esses lucros da Coroa também eram usados para operações militares, socorro à Colônia do Sacramento, embarcações, estaleiros, abastecimento de frotas.

---

<sup>82</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p.143

Os rendimentos dos contratos não eram a única fonte de renda da Coroa, também havia a tributação lançada ao óleo de baleia que constituiu uma fonte de recursos absorvidos pela defesa do litoral, manutenção de fortalezas e quartéis, sustento de infantaria, pelas obras de Casas de Câmara e cadeia e mais despesas do Estado

A primeira armação foi a da Piedade e seus números e seu tamanho a transformaram em uma das mais importantes armações do litoral brasileiro, uma relação apresentada, em 1752, por Manoel Escudeiro Ferreira da Silva, mostra que entre 1743 e 1751, 1326 baleias foram mortas nessa Armação, além de ter tido 443 encalhas que puderam aproveitar a “barba”.

Depois de Tomé Gomes Moreira que tinha o contrato pelo período de 1742 – 1753, o arrematante foi Francisco Peres de Souza, com seus associados João do Couto Pereira, João Carneiro da Silva e outros, pelo período que foi de 1755 a 1760 devendo pagar 10.000 cruzados pela ilha de Santa Catarina<sup>83</sup> essa mesma companhia prolongou o contrato até 1765 com a obrigação de pagar mais 10.000 cruzados a cada ano.

A partir de 1765 até 1801 vem o controle da família Quintella, no primeiro contrato comandado por Inácio Pedro Quintella, e seus associados como vimos anteriormente, nos doze primeiros anos de contrato a taxa cobrada era os mesmo 10.000 cruzados pela exploração do litoral catarinense, entretanto a família Quintella investiu grande capital em embarcações, escravos, na ampliação das fabricas e construção de novas armações. Após a construção, em 1772, da armação da Lagoinha, os lucros, segundo Ellis, tiveram um incremento enorme que após esse contrato que se encerrou, em 1777, a sociedade tinha lucro de 4.000.000 cruzados, sendo mais de 500 baleias pescadas na Piedade.<sup>84</sup>

Com tamanho lucro<sup>85</sup> a família Quintella continuou com sua exclusividade na caça a baleia, mas agora com o sobrinho de Inácio Pedro, Joaquim Pedro Quintela que novamente estava a frente de seus associados para o periodo de 1777 a 1789, num primeiro momento teve a dificuldade da invasão da ilha pelos espanhóis, pausando as atividades em entre 1777 e 1789 nas duas armações existentes, no entanto isso fez que surgisse a armação de Itapocoróia, dessa vez os lucros obtidos ultrapassaram os

---

<sup>83</sup> ELLIS, Myrian. Op. Cit. Pág. 39-40

<sup>84</sup> ELLIS, Myrian. Op. Cit. Pág. 48

<sup>85</sup> “Ano houve em que se mataram nestas armações, mais de 1000 baleias; e, se segundo diz a câmara da cidade de Desterro em carta que dirigiu ao Governo de Portugal, pelo seu Conselho de Ultramar, a pesca chegou a render aos contratadores 200 a 300 mil cruzados por ano, e 10 mil ao Estado” (A. Coelho, *Memória histórica da Província de SC*, 1856, p. 53).

4.000.000 de cruzados, o que fez que Joaquim Pedro Quintella, associado a João Ferreira Solis renovasse por mais doze anos até 1801, sempre com a taxa anual de 10.000 cruzados a Coroa pela Ilha de Santa Catarina.

Nesse período que foi erguida a armação de São Joaquim de Garopaba, 1795, e seu prolongamento em Imbituba, porém os rendimentos não foram os esperados e os lucros não chegaram às quantias que haviam sido conseguidos nos contratos anteriores. O viajante Carl Seidler<sup>86</sup>, que esteve na costa catarinense, em 1825, relatou que nos primeiros anos da armação da Piedade chegaram a se pescar de 400 a 500 baleias anualmente, esses números haviam caído, por volta de 1800, de 6 a 8 por ano. Esses números confirmam a previsão de José Bonifácio, descrita na página 37, que relatou sua preocupação sobre os métodos empregados na caça aos cetáceos, principalmente com o uso dos filhotes para atrair suas mães.

Durante todo o período, entre 1755 a 1801, apesar de haver crescimento nos números da produção, os rendimentos da atividade econômica permaneceram sem alteração para a Coroa portuguesa, 10.000 cruzados anuais, entretanto temos que levar em consideração que o monopólio era de toda costa brasileira, a mesma sociedade pagava 50.000 cruzados anuais pelas pescarias na costa baiana mesmo estando inoperantes a partir de meados do século XVIII, ao contrario da Catarinense que no período estava a todo vapor implantando novas unidades baleeiras que supriam as capitânicas que estavam em declínio na pesca, Bahia e Pernambuco.<sup>87</sup>

Não se tem os números exatos de baleias mortas na época, mas no último ano do monopólio da família Quintella, em 1801, momento esse que a pesca já estava decadente, Miriam Ellis<sup>88</sup> em seu estudo fez um levantamento que demonstra a importância da costa catarinense na caça ao cetáceo.

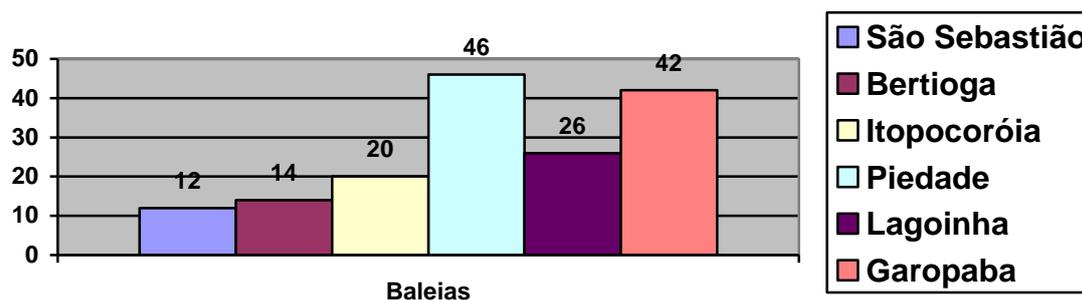
---

<sup>86</sup> Carl Seidler, foi um viajante suíço-alemão que passou por Santa Catarina em 1825, estava contratado para o exercito imperial nos assuntos da cisplatina.

<sup>87</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 57

<sup>88</sup> ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 83

Tabela 01: Lista das Baleias mortas, em 1801, nas Capitanias do Rio de Janeiro e Santa Catarina



Fonte: ELLIS, Myriam. Aspectos da Pesca da Baleia no Brasil Colonial. São Paulo, 1958. p. 83.

Mesmo em decadência as 160 baleias aqui contabilizadas no ano de 1801, davam um lucro de 250.000 cruzados, ou 100:000\$000rs, ainda segundo Ellis, 160 baleias em media produziam 2.400 pipas de azeite ao valor de 320 a medida, o que resultou em 153:600\$000rs, de que tirada a despesa pelas medias de anos anteriores resultou no lucro acima<sup>89</sup>.

Então podemos tirar a conclusão que neste período 134 baleias foram caçadas em armações catarinenses, mais de 80% das contabilizadas no ano pela sociedade monopolista.

Outro viajante que enalteceu a pesca em seus relatos foi Langsdorff que relata o fim do arrendamento feito pela Coroa as sociedades comerciais.

A pesca da baleia e a produção deste óleo na província merecem atenção especial. Antigamente era arrendada uma sociedade comercial como monopólio e obtinham lucros; mas de alguns anos para cá o governo encampou tudo. É possível que os antigos arrendatários não tivessem mercado para seus produtos ou que o governo esperasse ganhar quantias maiores. Seja como for, o empreendimento da caça à baleia e produção do óleo é grande e oferecem trabalho e sustento a algumas centenas de almas, principalmente a muitos escravos que tem a executar os trabalhos mais duros durante todo o ano, para ganhar o sustento de cada dia.<sup>90</sup>

O fim do monopólio foi decretado, em 1801, pela Coroa Portuguesa, que fez como necessidade que os escravos, fábricas e utensílios das armações fossem inventariados e postos a venda. Dessa forma as armações poderiam ser exploradas sem

<sup>89</sup> Idem, p. 83.

<sup>90</sup> LANGSDORFF, Georg Heinrich Von. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4ª ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996, p. 178.

nenhum privilegio, mas com pagamentos de direitos. Entretanto em Santa Catarina não houve interessados, o que resultou no controle das armações pela Fazenda Real.

A derradeira armação erguida no litoral catarinense foi em 1807, a Armação da Ilha da Graça, situada ao norte da ilha de São Francisco. Feita como uma tentativa pela Fazenda Real em dar impulso a pesca a baleia. A Coroa Portuguesa se viu obrigada a tomar posse das armações e do seu patrimônio entre 1801 a 1816.

A decadência das armações é cada vez maior fazendo com que em junho de 1816 um grupo de particulares arremata as Pescarias Catarinenses, Joaquim Jose de Siqueira, Fernando Carneiro Leão, Manuel de Lima e Joaquim Antonio Alves, pelo período de 1816 a 1825. A tentativa de rejuvenescimento das armações incluiu, também, a melhoria salarial dos administradores e de todo o pessoal nelas envolvido. Entretanto com a falta de lucro, os desacordos entre os sócios a partir de 1818 fizeram a “Real Pescaria de Baleias” entrar em colapso, em 1825.

Fez parte dessa tentativa de revitalização além da melhoria salarial, arregimentação de arpoadores e operários; adquiriram material de construção para reformas, instrumentos para a pesca e apetrechos usados nas armações e oficinas, além de mantimentos e utilidades no cotidiano da casa, senzala, da botica e da capela dos núcleos baleeiros, até embarcações para o serviço exclusivo do Real Contrato das Baleias. Esse impulso fez com que se desenvolvesse um tráfego marítimo de sumacas e bergantins para o abastecimento entre os núcleos baleeiros, além de facilitar o recolhimento e transporte do azeite e barbatanas para o Rio de Janeiro.

No entanto todo esse investimento e a aquisição de nova escravatura não venceram a inevitável decadência da indústria baleeira na costa Catarinense, que é constatada segundo relata SAINT-HILAIRE

[...] muito embora o abandono das armações não tenha exercido grande influencia na economia da província, porque a diminuição da pesca já vinha de longo tempo e se foi operando progressivamente, é fora de dúvida, entretanto, que na época em que as armações eram florescentes, havia maior riqueza, os habitantes das vizinhanças ganhavam bons salários e o transporte de azeite de baleia fomentava a cabotagem.<sup>91</sup>

Administração das indústrias pesqueiras era complicada, arriscada e difícil, com isso elas voltaram a ser arrematadas em 1829 por Antonio Mendes de Carvalho, que sofreu prejuízos e danos. Que as repassou, em 1837, a Antônio Claudino e Manuel Francisco de Sousa Medeiros. Estes registraram que os rendimentos foram reduzidos e,

---

<sup>91</sup> SAINT-HILAIRE, op.cit. p.163.

até 1851, estavam em dificuldades para efetuar o pagamento que deviam à Coroa portuguesa.

Durante o período que a administração ficou com a Fazenda Real, as Armações Baleeiras sofreram uma decadência da captura de baleias, devido à ineficácia administrativa e desorganização. O relato a seguir de Ellis atesta esse fato,

Penosa trajetória de desorganização e decrepitude trilharam nessa época as armações, por negligência do Estado ao custeio das fábricas e ao pagamento dos baleeiros. A falta de mão-de-obra que não remunerava, chegou a Junta Real da Fazenda a encaminhar às armações velhos soldados do Regimento da terra com quase duas décadas de serviço ativo, maltrapilhos, talvez famintos, cujo trabalho passou a explorar.<sup>92</sup>

A crise provocada pela administração da Fazenda Real fez que o declínio das armações fosse notado de várias formas, como a queda dos números de escravos nas armações de Garopaba e Imbituba, que em 1801, tinham 526 escravos, em 1816, restavam 333, o preço do azeite, de 320 réis, por medida baixou a 240 e 200 réis; e a Fazenda Real chegou a dever aos trabalhadores assalariados das armações catarinenses, que jamais teria pagado e diminuíram as proporções da pesca. Combinado com o relato acima, outro aspecto marcante era o grande desperdício nas Armações, pois, em época de pescas abundantes, era comum o abandono nas praias de baleias apresadas que apodreciam à beira-mar.

Outro fator que influenciou para a decadência da pesca baleeira foi o advento do petróleo, em meados do século XIX. Antes do surgimento do querosene, nenhum produto conseguira rivalizar efetivamente com o óleo da baleia. Com a maior eficiência os derivados do petróleo levaram vantagem na concorrência entre o produto animal e o mineral, gerando uma iluminação menos dispendiosa, atingindo e abalando o cotidiano dos pescadores, obrigando-os a se encaixar em uma nova atividade econômica.

Entretanto a costa catarinense permaneceu por décadas sendo iluminadas mediante o óleo de baleia. A ascensão econômica vista na capitania se deveu a grande parte as armações baleeiras, já que os rendimentos das Armações eram vultosos. Uma baleia rendia de 15 a 25 pipas de azeite, de 14 a 16 arrobas de barbatanas. O preço de cerca de 340 réis por medida de azeite, de 6 a 8 mil réis por arroba de barbatana, ia dar em cerca de um conto de réis de rendimentos por baleia. Tais rendimentos, não obstante irem em parte aos cofres centrais, retornavam para o pagamento das tropas aqui

---

<sup>92</sup>ELLIS, Myrian. Op. cit. p. 169.

sediadas, como ainda proporcionavam rendimentos aos contratantes, em geral locais, e a toda mão-de-obra, constituída de brancos e escravos pretos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste presente trabalho, abordou-se o período entre 1742, com surgimento da Armação da Piedade, até 1825, quando entra em colapso a “Real Pescaria de Baleias” no litoral catarinense, a sua importância na colonização do sul do Brasil, as dificuldades da atividade e os anos áureos da pesca. Com esse estudo notamos a importância das armações baleeiras na fixação do território por parte dos portugueses, vimos isso com a investigação a essa trajetória histórica desde o relato de Frezier, que descreve sobre uma costa pouco explorada, mas com futuro promissor, já que possui bom ancoradouro onde outros navegadores poderiam buscar suprimentos e um porto natural tranquilo.

Poucos são os estudos feitos sobre a atividade baleeira, uma das poucas obras que se tem sobre o tema é o livro da historiadora Myriam Ellis, *A Baleia no Brasil Colonial*, trabalho esse que me ajudou a entender e compreender a pesca da baleia, focando no litoral catarinense. Mas tive que levar em consideração a publicação do mesmo em 1969, mas ele foi fundamental para entender as estruturas que regiam essa atividade e os recursos necessários para sua implantação no litoral.

Os relatos dos viajantes, também utilizados como base para a construção deste trabalho, permitem entendermos as transformações ocorridas na ilha de Santa Catarina e seu entorno. Com o surgimento da atividade, foram criadas ou fortalecidas vilas ao longo do litoral catarinense. Uma série de fatores favoreceram os contratadores da pesca da baleia que procuravam ao longo da costa condições favoráveis para erigir uma armação.

Verificando os relatos dos viajantes que passaram pela costa nesse período para repararem suas embarcações e abastecerem suas embarcações de alimentos frescos e de água, já que a Ilha de Santa Catarina era um porto privilegiado aos navios europeus que rumavam ou retornavam do Prata, pode-se interpretar a transformação da mata selvagem até o surgimento das unidades baleeiras.

Em termos gerais, notamos através desse trabalho como era feita a construção de uma armação. Primeiramente, se achava uma baía com uma ponta de terra que adentrava o mar, onde facilitava a visualização dos cetáceos e servia para uma defesa natural, no qual o animal iria descansar. Logo após isso iria ser feita a estrutura da armação, onde construíram reservatórios de óleo, armazéns e oficinas. Também era

necessário ter por perto uma mata onde haveria madeira para construções de barcos e para alimentar as fornalhas em que se fundiam o toicinho das baleias para fazer óleo.

No decorrer do trabalho tive a constatação de que até mesmo dentro da própria atividade baleeira havia uma hierarquização dos seus produtos, ou seja, enquanto a carne era um subproduto destinado às classes mais pobres da população, a barbatana e o óleo eram importantes para exportação, sendo considerados artigos de luxo na Europa.

A pesca da baleia, segundo Ellis (1969, p.102), foi a atividade que mais articulou economicamente a faixa litorânea e agregou um grande número de escravos, que representavam um investimento de capital para as armações. A mão-de-obra escrava era utilizada no trabalho da armação, na maior parte das atividades terrestres, enquanto os homens livres, em atividades marítimas, recebiam salário e uma importância correspondente ao alimento consumido ou comercializado. As armações foram instaladas para legalizar uma prática lucrativa e a Coroa portuguesa outorgou o monopólio da pesca da baleia em águas catarinenses.

As armações catarinenses foram produtos de seu próprio tempo e de sua própria missão, ela trazia embutida o reflexo da sociedade em que estava inserida. Ela foi figura chave para a consolidação do império português na área ao entorno e na ilha de Santa Catarina. A presença das baleias no litoral catarinense é notória e se explica pelas condições do ambiente marítimo e do ciclo reprodutor: oriundos das frias águas antárticas, durante os meses de inverno, de junho a outubro, migram em busca de áreas mais quentes para realizar seus rituais de acasalamento e de procriação, seguindo as correntes marítimas até os mares tropicais do atlântico sul. Nesse percurso, aproximam-se das costas brasileiras, adentrando mesmo as partes mais baixas do litoral, seja atrás de comida ou em busca de bons abrigos para a reprodução.

Como vimos no referido trabalho o monopólio da pesca no litoral catarinense surgiu com a primeira armação e perdurou até 1801, durante esse período, passou-se por mudanças, em normas contratuais, nos materiais e espaços utilizados. Mas a exemplo de outras atividades consideradas exclusivamente de propriedade da Coroa, dependia basicamente do investimento do capital particular. Os anos dos contratos variavam de 3 até 12 anos, isso pela incerteza da pesca e do alto custo de investimento para o curto prazo. O retorno da atividade para a Coroa era a posse após o fim de determinado monopólio das instalações da armação, além de todos os equipamentos e escravos que nela trabalhavam.

Analisando a história das antigas armações baleeiras meridionais do Brasil, Ellis (1969, p. 128), descreve como “atividade secundária” de que se ocuparam no passado, as populações coloniais, identifica a presença de naus do comboio e navios mercantes para a distribuição do óleo da baleia. Mesmo sendo uma atividade secundária correlacionada com o descobrimento do ouro no século XVIII, a produção e o comércio do azeite do peixe e barbatanas estimularam uma navegação de cabotagem encarregada da expedição para o Rio de Janeiro que era o centro que redistribuía os produtos. Mediante tal situação, coloca o litoral catarinense em comunicação com inúmeras vilas e cidades costeiras da colônia, estimulando a relação de pequenas frações espaciais antes isoladas. Além do mais, muito pouco azeite era produzido, que às vezes escasso, era exportado e parte ficava no território brasileiro para iluminação das ruas das cidades.

O litoral aqui estudado fez parte do período de ouro da atividade baleeira no Brasil, durante os contratos da família Quintella que unificou todos os contratos do litoral brasileiro até 1801. Vimos que após isso todas as armações catarinenses foram abertas para quem estivesse interessado no arrendamento, as que não foram eram administradas pela Fazenda Real, isso ocorreu até 1816, durante esse período muitas sociedades tentaram em vão reerguer a atividade, já que sem novos investimentos nas armações e com a perda do pessoal especializado que trabalhava no ramo, dificultou a tentativa.

Mesmo com vultuosos lucros decorrentes dos vários produtos gerados a partir das armações baleeiras, a decadência da captura das baleias teve seu apogeu. Vários fatores influenciaram o seu declínio: devido à ineficácia administrativa e desorganização durante o período que a administração ficou com a Fazenda Real, que acarretou na redução dos números de escravos nas armações de Garopaba e Imbituba, passando de 526 escravos em 1801 para 333 em 1816, na redução do preço do azeite, de 320 réis para 200 réis, e a falta de pagamento de salários pela Fazenda Real aos trabalhadores assalariados das armações catarinenses; combinado com o grande desperdício nas Armações, que em época de pescas abundantes o abandono nas praias de baleias apresadas que apodreciam à beira-mar era grande; e por último, mas não menos importante, o advento do petróleo, em meados do século XIX, e o surgimento de concorrência entre o produto animal e o mineral, gerando uma iluminação menos dispendiosa, atingindo e abalando o cotidiano dos pescadores, obrigando-os a se encaixar em uma nova atividade econômica.

Por fim, cabe relatar que as armações catarinenses foram frutos do seu próprio tempo e de sua missão, chegavam a mostrar sua importância a partir do momento que a sociedade estabelecia-se ao seu redor, além de mostrarem as marcas do que a Coroa a queria imputar. Segundo Comerlato, as unidades baleeiras Catarinenses, foram as maiores da colônia portuguesa, além de afirmar que as armações eram genuínas vilas, assim como Ellis comenta que “eram algumas armações autênticas aldeias”.<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> ELLIS, Miriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969, p. 60.

## REFERÊNCIAS

ANSON, George. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996

BESSEN, José Artulino. *São Joaquim de Garopaba: Recordações da Freguesia (1830-1980)*. 20 Edição. Brusque: Mercúrio. 1980.

COMERLATO, Fabiana. *A instalação das armações de pesca da baleia em Santa Catarina no século XVIII*. [http://www.nea.ufsc.br/artigos\\_fabiana.php](http://www.nea.ufsc.br/artigos_fabiana.php) acessado 30 de outubro de 2010, 17 horas e 25 minutos.

CORREA, Carlos Humberto. *História de Florianópolis*. Florianópolis: Insular, 2004.

DIAS, Camila Baptista. *A Pesca da Baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII*. 2010. 143p. (Dissertação de Mestrado – Departamento de História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

DUPERREY, Louis Isidore. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996.

ELLIS, Miriam. *A baleia no Brasil Colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

FRÉZIER, Amédée François. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996.

GALAUP, Jean-François. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996.

LA PÉROUSE, Jean-Francois Galoup De. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996.

LANGSDORFF, G.H. von. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996.

José Bonifácio de Andrada e Silva, Memórias sobre a pesca das baleias . In: Edgard Falcão (org.), *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos/ SP, Imprensa Oficial, 1963. *Apud*. OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. Na mira do arpão. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, p. 61 - 63, 01 set. 2009

Palazzo Jr., J. T. e Carter, L. A. 1983. *A caça de baleias no Brasil*. Porto Alegre, Agapan. 25 pág.  
<http://www.baleiafranca.org.br/oprojeto/publicacoes/Palazzo&Carter1983.pdf> acessado em 28 de novembro de 2012, as 14 horas e 59 minutos.

PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli. 1983.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1936.

SEMPLE LISLE. in. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º Ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli

SHELVOCKE, George. IN. Martim Afonso Palma de Haro (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4º ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996.

SILVA, Célia Maria e, *Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: ed. UFSC. 1992

ZIMMERMANN, Fernanda. *O funcionamento da Armação baleeira da Lagoinha: hierarquia do trabalho e controle dos escravos na caça à baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)*. 2006. (TCC)